

MEDITATIO

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS

ISSN 2359-3318



latindex

Ano 3. Volume 2.
De abril a julho de 2016.



EXPEDIENTE

FACULDADES INTEGRADAS DO VALE DO IGUAÇU – UNIGUAÇU

Rua Padre Saporiti, 717 – Bairro Rio D'Areia
União da Vitória – Paraná
CEP. 84.600-000
Tel.: (42) 3522 6192

CATALOGAÇÃO
ISSN 2359-3318

LATINDEX
FOLIO 25162
FOLIO ÚNICO 22167

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UNIGUAÇU

Presidente da Mantenedora
Dr. Wilson Ramos Filho

Superintendência das Coligadas UB
Prof. Ms. Edson Aires da Silva

Direção Geral
Profª. Ms. Marta Borges Maia

Coordenação Acadêmica
Prof. Ms. Marcos Joaquim Vieira

Coordenação de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão
Cassiana Maria Rocha

Presidente do Instituto Sul Paranaense de Altos Estudos – ISPAE
Profª. Ms. Dagmar Rhinow

Coordenação do Curso de Administração
Prof. Ms. Jonas Elias de Oliveira

Coordenação do Curso de Agronomia
Prof. Zeno Jair Caesar Junior

Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo
Profª. Ms. Eliziane Cappelletti

Coordenação do Curso de Biomedicina
Profª. Ms. Janaína Ângela Túrmina

Coordenação do Curso de Direito
Prof. Sandro Perotti

Coordenação do Curso de Educação Física
Profª. Ms. Rosicler Duarte Barbosa

Coordenação do Curso de Enfermagem
Profª. Ms. Milena Schmitz Gomes

Coordenação dos Cursos Engenharia Civil

Prof. Adailton Lehrer

Coordenação do Curso de Engenharia Elétrica

Prof. Claudinei Dozorski

Coordenação do Curso de Engenharia Mecânica

Prof. Ms. Everaldo Cesar de Castro

Coordenação do Curso de Engenharia de Produção

Prof. Daniel Alberto Machado Gonzales

Coordenação do Curso de Farmácia

Profª. Ms. Silmara Brietzing Hennrich

Coordenação do Curso de Fisioterapia

Profª. Ms. Giovana Simas de Melo Ilkiu

Coordenação do Curso de Medicina Veterinária

Prof. Ms. João Estevão Sebben

Coordenação do Curso de Nutrição

Prof. Wagner Osório de Almeida

Coordenação do Curso de Psicologia

Profª. Darcielle Mibach

Coordenação do Curso de Serviço Social

Profª. Lucimara Dayane Amarantes

Coordenação do Curso de Sistemas de Informação

Prof. Ms. André Weizmann

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA REVISTA

Editor Geral das Revistas Uniguaçu

Prof. Ms. Atilio A. Matozzo

Conselho Editorial

Profª. Drª. Marilucia Flenik da Silva (UNIGUAÇU)
Prof. Dr. Carlos Eduardo Moreira (UNIGUAÇU)
Prof. Ms. Jonas de Oliveira (UNIGUAÇU)
Prof. Ms. Romildo João Lisboa (UNIGUAÇU)
Prof. Ms. Leonel de Castro Filho (UNIGUAÇU)
Profª. Ms. Juliana Pessi Mayorca (UNIGUAÇU)
Prof. Dr. João Vitor Passuello Smaniotto (UNIGUAÇU)
Prof. Ms. Fernando David Perazolli (UNIGUAÇU)
Profª. Ms. Marta Borges Maia (UNIGUAÇU)
Prof. Ms. Edson Aires da Silva (Campo Real)



SUMÁRIO

ANALISE DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO DE UMA DISTRIBUIDORA ATACADISTA – ESTUDO DE CASO , Leidiane Patricia Velozo Krupek, Marcos Morais do Nascimento, Oswaldo Tavares Gomes Junior, Sergio Silva Ribeiro.....	05
OS CAMINHOS PARA SE (RE)PENSAR A PENA DE PRISÃO , Pricila de Fátima Burgath, Emerson Luciano Prado Spak	24
RELAÇÕES HUMANAS DENTRO DAS ORGANIZAÇÕES DE TRABALHO , Darciele Mibach.....	43

ANALISE DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO DE UMA DISTRIBUIDORA ATACADISTA – ESTUDO DE CASO

Leidiane Patricia Velozo Krupek¹
Marcos Moraes do Nascimento²
Oswaldo Tavares Gomes Junior³
Sergio Silva Ribeiro⁴

RESUMO: O trabalho apresentado trás conceitos teóricos são elas, administração financeira, fluxo de caixa, contas a pagar e contas a receber, demonstrações financeiras, papel do administrador financeiro, controle interno, ferramentas utilizadas, taxas, sistemas de empréstimo, sistema de financiamento, inflação, Juros, Análise financeira e Investimentos, o enfoque principal do trabalho é o estudo de caso realizado na empresa ARCOM empresa Atacadista Distribuidora. A Administração Financeira é uma área essencial e está presente em todas as empresas sejam elas de grande porte ou pequeno porte, públicas e privadas, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos (ONGS), sem a administração financeira não iam ter controle de seus custos e lucros, através desse tipo de administração, é possível, não somente em gerar lucros e controlar a situação financeira, com isso é possível que o dono ou o acionista tenha o controle mais exato da situação da empresa, em questão seja ela grande ou pequena, visando máximo de lucro.

PALAVRAS-CHAVE: Administração Financeira. Taxas e Juros. Investimento e Empréstimos.

ABSTRACT: The work presented behind theoretical concepts they are, financial management , cash flow , accounts payable and accounts receivable , financial statements, the role of financial manager , internal control, tools used , fees, loan systems , financing system , inflation, interest , financial and investment analysis , the main focus of the work is the case study on the company ARCOM company Wholesaler Distributor. The Financial Management is a key area and is present in all businesses whether they be large or small, public and private, for-profit or non-profit (NGOs), without financial administration would not have control of their costs and profits through financial management, that is possible, not only to generate profits and control the financial situation, it is possible that the owner or the shareholder has the most accurate control of the company's situation in a matter large or small, aiming at maximum profit.

KEYWORDS: Finance. Fees and Interest. Investment and Loans.

1 INTRODUÇÃO

A gestão financeira é muito importante para uma empresa, exige responsabilidade dos profissionais envolvidos nos processos de tomada de decisões, monitoramento das contas e outras funções relacionadas ao seu completo funcionamento (GITMAN, 2002).

¹ Graduando em Administração pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).

² Graduando em Administração pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).

³ Graduando em Administração pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).

⁴ Graduado em Tecnologia da Informação pela PUC/Campinas, Administração de Empresas pela UNOPAR e Especialista em Educação Especial pela Faculdade São Luis. Mestre em Computação Aplicada pela UEPG. Doutorando em Gestão Urbana pela PUC/PR. Professor da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) de Administração.

O ramo Atacadista distribuidor, que é objeto de estudo deste trabalho, é de extrema importância, já que é ele quem garante o abastecimento de estoque em todo país, sendo uma “ponte” entre o fornecedor de produtos e o cliente final. O comércio atacadista é direcionado para os lojistas, que são aqueles que compram produtos em grande quantidade para revender. Este segmento teve um crescimento real de 8,2% em 2010 em relação ao ano anterior, atingindo o faturamento total de R\$ 151,2 bilhões (ABAD, 2014).

O setor cresce significativamente no país movimentando 4% do PIB nacional, sendo responsável pelo abastecimento de mais de um milhão de pontos de vendas em todo país (ABAD, 2014).

Os objetivos deste trabalho foram estudo/análise do sistema financeiro de uma empresa e ferramentas usadas para manter proprietários, diretores e acionistas informados sobre sua situação, lucro ou prejuízo. Fazer um levantamento teórico sobre conceitos relacionados a administração financeira e fatores que possam influenciar a empresa, como inflação, taxas de juros, fluxo de caixa, contas a pagar e contas a receber, demonstrações financeiras, controle interno, ferramentas utilizadas, sistemas de empréstimo, sistema de financiamento Investimentos e o papel do administrador financeiro dentro das organizações. Neste trabalho também foi realizado um estudo de caso de uma empresa do setor distribuidor adacadista.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 IMPORTÂNCIA DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO

Conforme Tornnera (2010) e Ramos (2008) a gestão financeira é uma área funcional presente em toda e qualquer organização, que tem crescido ao longo do tempo ganhando cada vez mais importância. É constituída de ações e procedimentos administrativos que envolvem planejamento, análise e o controle das atividades financeiras da empresa, e tem como objetivo melhorar os resultados apresentados. A administração financeira é a área que cuida dos recursos financeiros da empresa, se

preocupando com dois aspectos financeiros importantes, ou seja, lucratividade e liquidez (CHIAVENATO, 2005).

Para Lagos (2007) administração de recursos financeiros significa assessorar a empresa como um todo, no sentido de fazer com que os ganhos por ela obtidos sejam suficientes não só para cobrir todos os gastos do dia-a-dia, mas também para gerar lucros e assim garantir o seu desenvolvimento no futuro.

Loddi (2008) afirma que a administração é uma ciência que trata de um conjunto de princípios abstratos, gerais e de ideias. E a administração financeira envolve a problemática de lidar com falta de recursos financeiros em sua realidade operacional e pratica. Desta forma, esta área analisa tudo que se refere a organização, como previsão, controle e execução financeira, tendo assim influência sobre seu sucesso ou fracasso.

O departamento financeiro é um setor fundamental para qualquer empresa, seja ela grande ou pequena, pública ou privada e tenha ou não fins lucrativos. Tendo como objetivo melhorar os seus resultados, pois é o departamento financeiro que de certa forma irá garantir seu sucesso ou fracasso.

2.2 PLANEJAMENTO FINANCEIRO

O planejamento consiste em estabelecer as ações a serem executadas dentro de cenários e condições preestabelecidas, estimando os recursos necessários e atribuindo responsabilidade, para alcançar os objetivos fixados (HOJI, 2003; MOSIMANN & FISCH, 1999). O planejamento financeiro estabelece o modo pelo qual os objetivos financeiros podem ser alcançados. Com o planejamento financeiro é possível identificar os problemas que possam a vir ocorrer e desenvolver planos para minimizá-los (ROSS, WESTERFIELD & JORDAN, 1997). Nas empresas é desenvolvido fundamentalmente por meio de suas demonstrações contábeis, sendo, portanto, uma estimativa a mais aproximada possível da situação econômico-financeira esperada. A elaboração de demonstrativos que forneçam uma visão prospectiva do desempenho geral de uma empresa poderá auxiliar a contornar

dificuldades como liquidez e rentabilidade, em virtude da antecipação desses problemas (MARTINS & ASSAF NETO, 1993).

2.3 FUNÇÕES DO ADMINISTRADOR FINANCEIRO

Muitas decisões empresariais são medidas em termos financeiros, logo, o administrador financeiro desempenha um papel crucial na operação da empresa. As pessoas de todas as áreas de responsabilidade da empresa necessitam interagir com o pessoal de finanças para realizar seu trabalho. Por isto é extremamente importante que a comunicação do departamento financeiro com as demais áreas ocorra de forma eficiente e dinâmica (GITMAN, 1997).

A função básica do administrador baseia-se em coordenar as atividades e avaliar a condição financeira da empresa, por meio de relatórios financeiros elaborados a partir dos dados contábeis de resultado, analisar a capacidade de produção, tomar decisões estratégicas com relação ao rumo total da empresa, buscar sempre alavancar suas operações, verificar não somente as contas de resultado por competência, mas a situação do fluxo de caixa desenvolver e implementar medidas e projetos com vistas ao crescimento e fluxos de caixa adequados para se obter retorno financeiro tal como oportunidade de aumento dos investimentos para o alcance das metas da empresa (BRAGA, 1989)

Todo administrador da área de finanças deve levar em conta, os objetivos dos acionistas e donos da empresa, para daí sim, alcançar seus próprios objetivos, pois conduzindo bem o negócio, cuidando eficazmente da parte financeira, conseqüentemente ocasionará o desenvolvimento e prosperidade da empresa, de seus proprietários, sócios, colaboradores internos e externos, e logicamente de si próprio no que tange ao retorno financeiro, mas principalmente a sua realização profissional e pessoal (ASSAF, 200).

2.4 CONTROLE INTERNO

Conforme as informações do Comitê de Procedimento de Auditoria do Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados (apud ATTIE, 1984, p. 61) o controle interno compreende o plano da organização e todos os métodos e medidas adotadas na empresa para salvaguardar seus ativos, verificar a exatidão e fidelidade dos dados contábeis, desenvolverem a eficiência nas operações e estimular o seguimento das políticas administrativas prescritas.

De acordo com o CRC-SP/IBRACON (2000, p. 61), “o controle interno é a viga mestra em que a administração se baseia para medir o alcance dos objetivos e metas, e ter certeza de que as diretrizes fornecidas pela empresa estão sendo regularmente seguidas”.

Os conceitos teóricos de licitude organizacional, de controle interno e da literatura da fraude, unem-se para desenvolver dois modelos distintos que relacionam a fraude do empregado dentro da organização e à qualidade dos ICPs, procedimentos internos de controle (RAE & SUBRAMANIAM, 2008).

A eficiência do sistema de controle interno como um todo deve permitir detectar não somente irregularidades de atos intencionais, como também erros de atos não intencionais. (...) a eficiência do sistema de controle interno como um todo deve permitir detectar não somente irregularidades de atos intencionais, como também erros de atos não intencionais (ATTIE, 2011, p. 204).

Já conforme o conceito de Dias (2010, p.43) este “representa o direcionador de todos os processos desenvolvidos pela empresa, logo, abrange a totalidade de procedimentos e rotinas necessários para a sua aplicação.”

O controle Interno compreende o plano de organização e todos os métodos e medidas adotadas na empresa para salvaguardar seus ativos, verificar a exatidão e fidelidade dos dados contábeis, desenvolver a eficiência nas operações e estimular o seguimento das políticas administrativas prescritas (CREPALDI, 2004).

2.5 DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA

O objetivo das demonstrações financeiras de propósito geral é fornecerem informações financeiras sobre a entidade que seja útil para os atuais e futuros investidores e credores em suas tomadas de decisões sobre o fornecimento de recursos para a entidade. Pode-se concluir que as demonstrações financeiras são direcionadas aos usuários que não tem poder de estar exigindo que a entidade forneça informações específicas (Informações retirada do site Instituto Federal do Rio Grande do Sul).

O foco das demonstrações financeiras está nos fornecedores de capital, mesmo tendo consciência que estes não são os únicos usuários das demonstrações financeiras (fornecedores, governo, funcionários e governo), porém as necessidades destes já satisfazem muitas das necessidades dos outros usuários. Informações úteis na tomada de decisões também ajudam a avaliação dos Administradores na gestão da entidade e sua capacitação na prestação de contas quanto aos recursos que lhe foram confiados.

A Demonstração do Resultado de Exercício (DRE), é a apresentação de forma resumida, das operações realizadas pela empresa, de forma a destacar o resultado líquido do exercício. Ela fornece um resumo financeiro, dentro de um determinado período, dos resultados das operações da empresa (GUIMARÃES, 2005).

A análise da demonstração financeira de empresas de qualquer ramo de atividade geralmente indica os pontos fracos e fortes do seu desempenho operacional e financeiro. A informação de uma análise financeira pode ser utilizada para melhorar o desempenho. Além disso, as análises das demonstrações financeiras podem ser usadas para prever como as decisões estratégicas, ou a expansão das atividades econômicas de uma empresa, são capazes de afetar os desempenhos financeiros futuros (DINIZ, 2014).

2.6 GESTÃO DE CONTAS A PAGAR

As contas a pagar são compromissos assumidos pela empresa, representadas por compra de mercadorias, insumos para produção, máquinas, serviços, salários, impostos, aluguel, empréstimos, contribuições, entre outros. O controle das contas a pagar deve ser uma tarefa de rotina da empresa, pois normalmente envolve com grande quantidade de dinheiro (SEBRAE, 2016).

Migliavacca (2004, p. 85), sintetiza que “Uma boa gestão financeira é essencial para assegurar o sucesso de uma empresa”. Os controles financeiros devem, portanto, fazer parte da política de qualquer organização, pois protegem os recursos contra desperdícios, ineficiências e desvios.

A gestão de contas a pagar tem a função de controlar pagamentos, adiantamento de fornecedores, empréstimos bancários, abatimentos e devoluções de mercadorias. Portanto, seu objetivo é conseguir um maior prazo para o pagamento das obrigações aliado ao menor custo, sempre respeitando a data de vencimentos (REIS & VITTTORATO, 2000).

A importância do departamento de contas a pagar se deve a sua posição administrativa e financeira, e que contribuem com informações para que a empresa tome as decisões mais vantajosas. Portanto o sistema de contas a pagar é importante para o sucesso da organização e através do controle financeiro é possível ver os compromissos assumidos pela empresa, permitir controlar as datas dos vencimentos, cabe também às contas a pagar fazer o alongamento dos pagamentos quando houver necessidade.

2.7 GESTÃO DE CONTAS A RECEBER

As contas a receber são denominadas como créditos representados na maioria das vezes por notas promissórias e estão relacionadas com as receitas da empresa. É preciso uma correta administração das contas a receber para que não gere inadimplência para empresa resultando em problemas em seu fluxo de caixa, muitas vezes fazendo com que a empresa venha a buscar capital de terceiros. Sendo assim

faz-se necessário um sistema de controle que possa reduzir esse risco a mínimo. Esse controle deve ser feito de forma rotineira, conferindo as duplicatas em atraso, analisando a situação de cada cliente. Através de um eficiente controle de contas a receber é possível analisar quais são os clientes que estão com seus pagamentos em dia, os clientes inadimplentes e as duplicatas a vencer (GTMAN, 2002).

2.8 FLUXO DE CAIXA

O fluxo de caixa é determinante, pois sem ele não é possível realizar o planejamento financeiro, com isso é impossível ter uma boa administração da empresa, o autor ainda destaca que o fluxo de caixa não é uma preocupação somente da área administrativa, mas também das outras áreas, é essencial que haja um comprometimento das demais (MARION, 2008). O fluxo de caixa tem o foco nos recebimentos e pagamentos ocorridos e que os recebimentos são definidos pelos padrões de crédito e se esses padrões forem rigorosos, muito cliente não se encaixará nesse padrão, gerando baixa nas vendas, e a diminuição das contas que irá receber (GROPPELLI, 2009).

2.9 FERRAMENTAS UTILIZADAS NA GESTÃO FINANCEIRA

De acordo com o Professor Antonio Zoratto Sanvicente (1997) “A Administração de contas a receber preocupa-se com o crédito concedido aos compradores de produtos e serviços da empresa e interação com a área de Marketing, já que política de créditos compreendendo diretrizes de procedimentos”.

2.10 JUROS SIMPLES

O juro é a remuneração pelo empréstimo do dinheiro. Ele existe porque a maioria das pessoas prefere o consumo imediato, e está disposta a pagar um preço por isto. Por outro lado, quem for capaz de esperar até possuir a quantia suficiente para adquirir seu desejo, e neste ínterim estiver disposto a emprestar esta quantia a

alguém, menos paciente, deve ser recompensado por esta abstinência na proporção do tempo e risco, que a operação envolver (PORTAL EDUCAÇÃO, 2013).

Menezes (2010) diz que os juros simples, é a taxa percentual de juros que é calculada de acordo com o capital principal. Dessa forma, o rendimento mensal mantém o mesmo valor. Esse tipo de correção monetária não é utilizado pelo atual sistema financeiro, mas é peça fundamental para os estudos relacionados à Matemática Financeira. Para Neto (1998) o juro simples tem aplicações práticas bastante limitadas e se restringem principalmente as operações no curto prazo, ele diz ainda que os juros simples são utilizados para o cálculo dos valores monetários da operação, como empréstimos, rendimento financeiro, encargos a pagar e ainda aplicações. Segundo ele o valor dos juros simples é calculado a partir da seguinte expressão:

$$J = C . i . n$$

Onde,

J = valor dos juros expresso em unidade monetária

C = capital

i = taxa de juros, expressa em sua forma unitária.

n = prazo.

2.11 JUROS COMPOSTOS

O Juros compostos são aqueles em que o juro do mês é incorporado ao capital, constituindo um novo capital a cada mês para o cálculo de novos juros. Esse tipo de rendimento é muito benéfico, sendo utilizado pelo atual sistema financeiro. As instituições financeiras utilizam esse método de capitalização nas aplicações financeiras, como na elaboração de financiamentos (MENEZES, 2010).

Dessa forma os juros compostos são diferentes dos simples, pois enquanto nos juros simples a taxa é calculada sempre sobre o valor inicial e nos juros compostos é gerada um novo capital a cada mês, dessa forma o montante do primeiro mês se torna o capital, sendo assim até o final do período.

2.12 TAXA PROPORCIONAL

A taxa proporcional é muito utilizada no sistema de capitalização de juros simples. Assim, duas taxas expressas em diferentes unidades são definidas como proporcionais quando enunciam valores iguais numa determinada unidade de tempo (ASSAF,2006).

A definição de taxas proporcionais independe do regime de capitalização, não se importando se trata de juros simples ou compostos. Duas taxas são proporcionais quando a razão entre elas é igual a razão entre os respectivos períodos a que se referem, expressos na mesma unidade de tempo.

A taxa proporcional é calculada nas operações de multiplicação e divisão dentro dos juros simple. Por exemplo: se deseja saber a taxa de juros annual proporcional a taxa de 2% ao mes, multiplica-se a taxa por 12, a quantidade de mes dentro de um ano.

$$2\% \times 12 \text{ (meses)} = 24\% \text{ ao ano}$$

Assaf (2001) passa os seguintes exemplos: Calcular a taxa anual proporcional (a) 6% ao mês; e (b) 10% ao bimestre. Que pode ser resolvido da seguinte maneira:

A) $I = 6\% \cdot 12 = 72\% \text{ ao ano}$

B) $I = 10\% \cdot 6 = 60\% \text{ ao ano}$

2.13 TAXA EQUIVALENTE

Segundo NOÉ (2016) a taxas Equivalentes são taxas que quando aplicadas ao mesmo capital, num mesmo intervalo de tempo, produzem montantes iguais e salienta que devemos tomar muita atenção com essas taxas, pois em alguns financiamentos de longo prazo somos apenas informados da taxa mensal de juros e não tomamos conhecimento da taxa anual ou dentro do período estabelecido, trimestre, semestre entre outros. Ele ainda afirma que para se trabalhar com os juros equivalente, deve-se utilizar a formula:

$$1 + ia = (1 + ip)^n$$

Onde:

ia = taxa anual

ip = taxa período

n = número de períodos

2.14 INFLAÇÃO

A inflação é um aumento geral e contínuo, ou seja, aumenta em todos os seguimentos, não somente em único produto. Representa um aumento dos preços, o valor real da moeda é depreciado pelo processo inflacionário. A inflação é um fenômeno monetário, dito isto, soluções para surtos inflacionários não são simplesmente o controle de estoque de moeda que circula na economia de um país, ou seja, a inflação também, segue o valor real da moeda, conforme a moeda for se desvalorizando maior será o preço dos produtos. As fontes da inflação costumam variar em função das condições de cada país, ou de cada época. O processo inflacionário varia, por exemplo, entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, em países com estruturas mais ou menos oligopolizadas, com organizações sindicais mais ou menos fortes, maior ou menor abertura comercial. A inflação representa um conflito da distribuição e repartição do produto de um país. Há qualquer momento a inflação pode ser constante ou inércia, que resulta de mecanismos de “indexação” formal ou subjetivos, sendo assim os reajustes de preço são medidos pela inflação do período passado. (ZARA & MARTINS, 2006)

A inflação varia de país para país, os países desenvolvidos costumam ter a inflação menor e constante e essa inflação determina o valor dos produtos e serviços. Conforme menor a inflação menor o valor dos produtos, mas também dependem dos juros do país em questão.

Ela é medida com base em índices, que consideram os bens e serviços mais importantes para a população e medem o aumento desses preços. Há vários índices

que dizem quanto os preços sobem ou descem em determinados períodos. Cada índice diz uma inflação “diferente”: isto acontece porque a alta de não atinge a população como um todo da mesma maneira. Quem tem carro, por exemplo, irá sentir mais a alta da gasolina, quem come carne vai sentir mais se o preço deste produto aumentar, logo, os diferentes índices utilizam, no cálculo, Faixa salarial diferente, regiões diferentes, itens diferentes e até períodos diferentes. Isto contribuiu também para tornar mais concisa a medição, já que há fontes diferentes calculando a inflação (ROSSI et. al., 2015).

Sua variação é medida através dos índices, dependendo do padrão de consumo do cálculo que foi ou vai ser realizado. É a junção de períodos de variação dividido pelo tempo a ser calculado dependendo de índices e padrão de consumo para ser calculada.

2.15 SISTEMAS DE FINANCIAMENTO

SAC - As parcelas variam, sendo mais alto no início e menor no fim. O comprador quita todos os meses à mesma quantidade do saldo do seu empréstimo. A parcela paga é a mesma, porém conforme o financiamento for sendo pago os juros cobrado irá ser cobrado pelo o montante que ainda resta não sobre o valor total do financiamento em questão, pode se dizer que é um dos financiamentos mais vantajoso (O GLOBO, 2010).

PRICE - As prestações são iguais, ou seja, a amortização é crescente, porém a prestação é a mesma, e diferente do sistema SAC as parcelas não ficam decrescentes conforme os juros diminuem (O GLOBO, 2010).

SAA - sistema americano de financiamento, o pagamento do valor principal ocorre em uma única parcela ao final do financiamento. De uma forma geral os juros são pagos no período de contrato do empréstimo, mas podem ser capitalizados e pagos junto ao montante principal no dia do vencimento, de acordo com o contrato (SILVA, 2014).

2.16 ANÁLISE FINANCEIRA

Os administradores financeiros gerenciam ativamente as finanças de todos os tipos de empresas, financeiras ou não financeiras, privadas ou públicas, grandes ou pequenas, com ou sem fins lucrativos. Eles desempenham uma variedade de tarefas, tais como orçamentos, previsões financeiras, administração do caixa, administração do crédito, análise de investimento e captação de recursos (GITMAN, 1997, p. 4).

O objetivo da administração financeira é maximizar o patrimônio dos acionistas, já a função do administrador financeiro é orientar as decisões de investimentos e financiamentos a serem tomadas pelos dirigentes da empresa, e o papel do contador é peculiar, pois é o de elaborar e fornecer as demonstrações financeiras para os acionistas, administradores financeiros e dirigentes, para que estes transformem os dados contidos nas demonstrações em informações. A análise das demonstrações financeiras exige conhecimento do que representa cada conta que nelas figura. Há uma infinidade de contas decorrentes de inumeráveis operações realizadas por empresas das mais diferentes atividades. Mesmo o exame das operações de uma simples empresa comercial revela enorme profusão de contas, e sem uma noção do que estas representam, a interpretação das demonstrações financeiras fica prejudicada. A análise de balanços visa extrair informações para a tomada de decisão. O perfeito conhecimento do significado de cada conta facilita a busca de informações precisas (MATARAZZO, 2008, p. 39).

2.17 EMPRÉSTIMOS

Empréstimo é um contrato que o cidadão faz com uma instituição financeira para receber uma quantia em dinheiro que deverá ser devolvida ao banco em prazo determinado, acrescida de juros e encargos. Os recursos obtidos no empréstimo não têm destinação específica e podem ser utilizados da maneira que o cliente preferir. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013),

As Instituições Financeiras não são obrigadas a conceder empréstimos e estabelecem critérios próprios para oferecê-los. Também não há limites para as taxas de juros cobradas pelas instituições. No entanto, as normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) garantem ao cliente o direito ao pagamento antecipado do empréstimo, com redução proporcional dos juros. As condições para essa antecipação devem ser informadas antes da assinatura do contrato (PORTAL BRASIL, 2014).

Um empréstimo sindicado é uma estrutura na qual uma instituição financeira exerce a liderança em uma transação de crédito e reúnem um grupo de bancos e/ou outras instituições (Participantes) para atender às necessidades de financiamento de um cliente sob a proteção de só um empréstimo. Com esta estrutura, os credores dividem os mesmos direitos e obrigações (pró rata) (BANCO DE DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA, 2014).

O Recurso obtido no empréstimo é de livre determinação dos clientes, independente dela ser Física ou Jurídica. As Instituições Financeiras não são obrigação de conceder os empréstimos, cada empréstimo e consolidação de crédito passam por diversos processos, estudos, comitês e reuniões em prol da situação do cliente para ser realizada a aprovação do crédito.

2.18 INVESTIMENTOS

Segundo o blog de Magnetis (2012) o Investimento é qualquer Desembolso que produza expectativa de lucro no futuro, é aplicando seu dinheiro de forma que ele gere rendimento futuros. E é uma ótima maneira de colocar o seu dinheiro para trabalhar para você. Quando você investe o seu dinheiro, passa a gerar ganhos, permitindo assim, que você se beneficie do efeito dos juros compostos, resultando em uma renda extra.

Para Orsales (2013) num sentido amplo, o termo aplica-se tanto à compra de máquinas, equipamentos e imóveis para a instalação de unidades produtivas como à compra de títulos financeiros (letras de câmbio, ações). Nesses termos, investimento é toda aplicação de dinheiro com expectativa de lucro. Em sentido estrito, em economia, investimento significa a aplicação de capital em meios que levam ao crescimento da capacidade produtiva (instalações, máquinas, meios de transporte), ou seja, em bens de capital.

Os investimentos feitos em instituições financeiras funcionam como empréstimos que você faz ao banco. Por sua vez, o banco aplica esse dinheiro e de outros clientes em outros ativos financeiros. Como o banco tem à disposição uma soma maior de dinheiro, consegue rendimentos melhores e devolve parte desse rendimento a você.

Para Matarazzo (2008), o objetivo da administração financeira é maximizar o patrimônio dos acionistas, já a função do administrador financeiro é orientar as decisões de investimentos e financiamentos a serem tomadas pelos dirigentes da empresa, e o papel do contador é peculiar, pois é o de elaborar e fornecer as demonstrações financeiras para os acionistas, administradores financeiros e dirigentes, para que estes transformem os dados contidos nas demonstrações em informações.

3 METODOLOGIA

O estudo de caso foi elaborado através de uma entrevista com um dos administradores da empresa Arcom, onde foram esclarecidos os assuntos de cada setor, através das informações, procuramos fontes bibliográficas, sites e artigos de autores nomeados sobre cada setor, onde traz o real conceito das áreas pesquisadas.

4 ESTUDO DE CASO

A ARCOM foi fundada em outubro de 1965 por Dilson Perreira da Silva, atuando como Atacado Distribuidor.

Conta com uma frota de mais de mil veículos padronizados e equipados com tecnologia de ponta. E a própria empresa faz a manutenção da sua frota, com um complexo de manutenção que inclui oficina, posto de abastecimento, central de equipamentos e uma equipe técnica especializada, representa um dos mais completos conjuntos de apoio do país neste segmento.

Possui departamentos de marketing, vendas, distribuição, administrativos, financeiros e de vendas, sendo o financeiro um dos mais importantes.

A central de distribuição está localizada em Uberlândia-MG, tem uma capacidade de armazenagem de 620.000 m³, expedindo mais de 60.000 notas fiscais por semana.

Tem mais de 2.000 pessoas na área de vendas, todas elas possuem equipamentos com recepção e transmissão de dados de última geração. Possui cerca de 150.000 clientes ativos de pequeno, médio e grande porte, distribuídos em 14 estados além do Distrito Federal. Toda sua logística de distribuição é voltada para a necessidade do mercado, mantendo sempre sua qualidade, possui várias parcerias sólidas e efetivas com fornecedores.

Segundo o responsável pelo departamento financeiro da organização, existe apenas um departamento onde é efetivado o recebimento e cobranças, tem também convênios com o, SERASA e Cartório de Protestos, já o departamento de pagamentos em geral tem o programa específico da empresa para gerir, a empresa exige de cada um desses gerentes dos departamentos prestação de contas diariamente.

A movimentação era feita com palms através de leitor de códigos de barras, e a separação de mercadores era feita com papel onde os funcionários iam procurar a mercadoria no estoque. Estes processos foram unificados em um novo processo chamado Vocollect. É um processo que funciona com um sistema de voz, que passa as tarefas aos funcionários, avisa onde a mercadoria está localizada e quantas unidades serão necessárias para aquela tarefa em questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que o departamento financeiro de qualquer empresa é de extrema importância. Através desse trabalho foi possível entender o funcionamento de uma empresa atacadista distribuidora, servindo de aprendizado não só para os acadêmicos, mas também para toda e qualquer pessoa que tem interesse sobre o tema. Uma vez que sem o setor financeiro, ficaria quase impossível para as demais áreas funcionais conseguir produzir, vender, organizar e ainda cuidar da situação financeira da empresa, principalmente as médias e grandes empresas que necessitam de um bom planejamento e controle financeiro para cuidar do seu capital e verificar

quais são as melhores formas de aplicar esses recursos para a organização alcançar suas metas e objetivos. Através da pesquisa realizada junto à empresa Arcom S/A, conclui-se que a existência do departamento financeiro dentro das organizações é de extrema importância, uma vez que, sem este setor, ficaria quase impossível para as demais áreas funcionais conseguir produzir, vender, organizar e ainda cuidar da situação financeira da empresa, principalmente as medias e grandes empresas que necessitam de um bom planejamento e controle financeiro para cuidar do seu capital e verificar quais são as melhores formas de aplicar esses recursos para a organização alcançar suas metas e objetivos.

REFERÊNCIAS

ABAD. ABAD divulga dados do setor atacadista distribuidor em abril, 2014. *Informe News*. Acesso em 26 de fevereiro de 2016. disponível em: <<http://www.sincadam.org.br/arquivos/abril2014.pdf>>

ASSAF NETO, A. **Estrutura e Análise de Balanços**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2000. BANCO DO BRASIL Disponível em Acessado em 10 jan. 2008.

ASSAF NETO, A.; SILVA, C. A. T. **Administração do Capital de Giro**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ASSAF NETO, A.. **Matemática financeira e suas aplicações**, 2006.

BRAGA, R. **Fundamentos e técnicas de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 1989

CHIAVENATO, I. **Administração financeira**. Uma abordagem introdutória Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, p.9 a 13.

LAGO, C. **Finanças**. Acesso em 01 de março de 2016. Disponível em: <http://www.celso.lago.nom.br/Fun%C3%A7%C3%B5es%20do%20departamento%20financeiro.html>

LODDI, C. E. **Aplicação das teorias e métodos da administração financeira como sistema de apoio às tomadas de decisões de pequenos empreendimentos...** 2008. 1v. 168 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de produção) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. 7. ed. São Paulo: Harbra, 1997.

GROPPELLI, A.A. **Administração Financeira**: 1.Edição, 2009.

HOJI, M. **Administração financeira**: uma abordagem prática. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, E.; ASSAF NETO, A. **Administração Financeira**: as finanças das empresas sob condições inflacionárias. São Paulo: Atlas, 1993.

MARION, J. C. **Contabilidade básica**. Editora Atlas SA, 2008.

MENEZES, V. **Matemática financeira**, 2010. Acesso em 01 de março de 2016 Disponível em <<http://www.administradores.com.br/artigos/cotidiano/matematica-financeira/47935>>

MOSIMANN, C. P.; FISCH, S. **Controladoria**: seu papel na administração de empresas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

NOÉ, P. **Taxas Equivalentes**. Brasil Escola, 2016. Acesso em 01 de março de 2016. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/matematica/taxas-equivalentes.htm>>.

O GLOBO. Especialista aponta as diferenças entre sistema de financiamento pelo SAC e tabela PRICE, 2010. Acesso em 25 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/imoveis/especialista-aponta-as-diferencas-entre-sistema-de-financiamento-pelo-sac-pela-tabela-price-2999162>>

PORTAL EDUCAÇÃO. Comércio atacadista e comércio varejista, 2003. Acesso em 29 de fevereiro de 2016, disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/iniciacao-profissional/artigos/34155/comercio-atacadista-e-comercio-varejista>>

RAMOS.F. **A importância da administração financeira da empresa** Acesso em 25 de fevereiro de 2016. Disponível em: <http://www.portaldeauditoria.com.br/artigos/A-import%C3%A2ncia-da-administra%C3%A7%C3%A3o-financeira.asp>

ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R.; JAFFE, J. F. **Administração financeira**. São Paulo: Atlas, 1995.

ROSSI, P. et. al. **Inflação, como é medida**, 2015. Acesso em 25 de Fevereiro de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/inflacao-como-e-medida/platb/>>

SAMANEZ, Carlos Patricio. **Gestão de investimentos e geração de valor**. Pearson, 2007.

SEBRAE. **Controle de Contas a Pagar**. Acesso em 25 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ap/artigos/Controle-de-contas-a-pagar>>.

SILVA, M. N. **Sistema Americano de Empréstimo**, 2014. *Mundo Educacao*. Acesso em 25 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/matematica/sistema-americano-emprestimo.htm>>

SOUSA, R. (s.d.). **Brasil escola**. Acesso em 01 de março de 2016, disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/historia/inflacao-no-brasil.htm>>

ZARA, T. M.; MARTTINS, C. B. (06 de Abril de 2006). **Conceitos e Metodologia e os Limites a sua Aplicabilidade nos Reajustes de Planos de Saúde**. *Inflação*, pp. 4-4.

OS CAMINHOS PARA SE (RE)PENSAR A PENA DE PRISÃO

Pricila de Fátima Burgath⁵
Emerson Luciano Prado Spak⁶

RESUMO: O artigo em tela visa a exploração de alguns aspectos importantes sobre a prisão e as transições ocorridas desde o seu surgimento até sua transformação como um mecanismo humanizador das penas. Assim como, o papel da APAC (Associação de Proteção e Assistência ao Condenado) como uma medida alternativa de cumprimento da pena restritiva de liberdade, de maneira mais humanizada. Enfatizando a importância da introdução desse tema dentro de um debate acadêmico, o qual tem sido, nos últimos tempos, alvo de reflexão de muitos segmentos sociais envolvidos direta ou indiretamente com a segurança pública.

PALAVRAS-CHAVE: Prisão. Ressocialização. Valorização humana e APAC

ABSTRACT: This article aims to screen the operation of some important aspects of the arrest and the transitions that have occurred since its inception to its transformation as a humanizing mechanism of penalties. As the role of the APAC (Association of Protection and Assistance Condemned) as an alternative measure of performance of the penalty restricting freedom, more humane way. Emphasizing the importance of introducing this subject in an academic debate, which has been, in recent times, reflecting the target of many social groups directly or indirectly involved with public safety.

KEYWORDS: Prison. Resocialization. Human enhancement and APAC.

1 INTRODUÇÃO

A execução penal humanizada não põe em perigo a segurança e a ordem social, se não pelo contrário, pois que serve de apoio da ordem e da seguridade social, já que a execução penal desumanizada é que atenta precisamente contra a seguridade estatal.

(Cipriane)

Em tempos em que a desordem social, o caos gerado pela violência e a ineficiência do Estado em punir parecem imperar sobre nossa sociedade, vê-se a necessidade de fazermos uma reflexão sobre aquilo que nos circunda. Mostra-se imperioso compreendermos se problemas como estes, os quais remontam a história da humanidade, sob o prisma de o que hoje consideramos como algo inaceitável,

⁵ Graduada em Letras Português/Espanhol e Especialização em Língua Portuguesa e Literatura pela Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras – FAFIUV; Graduanda do 6º período do curso de direito das Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu – UNIGUAÇU.

⁶ Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Pós-graduado pela Escola da Magistratura do Estado do Paraná. Pós-graduado pela Escuela Judicial del Poder Judicial de España – Barcelona - España. Professor de Direito Penal das Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu - Uniguaçu. Juiz de Direito do Estado do Paraná.

nada mais são que os reflexos daquilo que viemos negligenciando ao longo dos séculos.

Notadamente, tais discussões se iniciam sobre o enfoque de dois pilares da realidade dotados de complexidades. De um lado, o Direito Penal como mecanismo pacifista da ordem social e guardião dos direitos por ele tutelados; de outro, o Sistema Prisional como instrumento próprio do direito, com vistas a punir todas as condutas reprováveis daqueles que infringirem as leis penais.

Muito embora as barbáries praticadas aos delinquentes na idade média e início da modernidade nos deixem perplexos, não se pode negar que as crueldades revestidas nas prisões leva-se a crer em uma nova forma de deterioração do ser humano, muito mais silenciosa e distante de nossos olhos, onde é preciso “desumanizar” para punir.

Desta forma, ao se perfazer esse embate entre “humanizar” e “punir” se impõe levantar alguns aspectos metodológicos em torno do surgimento da prisão e o seu funcionamento, assim como, a sua repercussão na seara da criminologia até se chegar em importantes pontos de reflexão em torno das medidas alternativas de punição, em específico ao Método APAC, como um instrumento importante e efetivo de ressocialização do criminoso. Assim, poder-se-á construir um diálogo sobre esse tema tão importante e urgente para nossa sociedade, afinal, a falência do sistema punitivo estatal é indiscutível, atentando-nos para urgência de se (re) pensar nosso mecanismo prisional, o qual, na maioria das vezes, mostra-se ineficiente, degradante e, paradoxalmente, essencial para a humanidade.

2 A PRIVAÇÃO DA LIBERDADE: BREVE HISTÓRICO SOBRE A ORIGEM DAS PRISÕES

Ao se discorrer sobre o tema, faz-se necessário enfatizar que a busca de um ponto comum, o qual identifique com exatidão a origem das penas, e mais precisamente a de prisão, é algo bastante complexo. Para Cipriane⁷, dessas

⁷ CIPRIANI, M.L.L. **Das Penas**: suas teorias e funções no moderno direito penal. Canoas: Editora ULBRA, 2005.

complexidades advém as descrições históricas pelos povos primitivos que acabaram por desaparecer, restituindo-se através de escritos contemporâneos, os quais encontram-se distantes de certa exatidão. Assim como o crime remonta a história da humanidade a pena caminha ao seu lado em igual conjuntura, afinal, está a se falar do resultado de uma ação do homem, “ser” iminentemente social que integra como ente individual a coletividade. E se pode dizer seguramente que o direito penal ainda é um dos portos seguros que regulam essas relações, mesmo tão criticado, mas, ainda assim, imprescindível para manter a pacificidade e segurança em nossa sociedade.

O aparecimento da instituição prisão antecede sua prescrição legal; existia muito antes de ser sistematizada nos códigos penais⁸; aparece à margem do aparelho judiciário. Ao contrário que muitos possam pensar, sua origem não ocorreu nos movimentos de reforma do sistema judiciário e penal do século XVIII. Surgiu, pois, como sanção penal quase que sem justificações teóricas ou, como diria Foucault⁹, ganhou “corpo” como grande punição no século XIX, inspirando-se em práticas como o *lettre-de-cache*¹⁰, em que documentos eram designados a uma pessoa em particular, obrigando-a a fazer ou deixar de fazer algo, eram ordens dos reis e não leis ou decretos. Configuravam-se, sobretudo, em instrumento de punição, tendo como resultado a prisão do indivíduo que ficava preso por tempo indeterminado, sem fixações de prazo, lá ele permanecia até segunda ordem, interposta somente no momento que se entendesse viável livrá-la da sanção. Dessa forma se administrava a moralidade da vida social e cotidiana no controle dos grupos.

No período medieval, a prisão, em verdade, se destinava a reter o condenado até a execução penal, a qual sempre era corporal ou infamante. Ainda, segundo Gomes Neto¹¹, o marco inicial da prisão como instrumento da pena se deu no fim do século XVI, mais precisamente em 1595, e inspiraram-se nas penitenciárias do Santo

⁸ RIBEIRO, N.F. A prisão na perspectiva de Michel Foucault, *In*: LOURENÇO, S.A; ONOFRE, E.M.C (ORG.). O espaço da prisão e suas práticas educativas: **enfoques e perspectivas contemporâneas**. São Carlos: EduFSCar, 2011.

⁹ FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1996.

¹⁰ Práticas coercitivas usadas entre 1660 a 1760 por ordem dos reis.

¹¹ GOMES NETO, P.R. **A prisão e o sistema penitenciário**: uma visão histórica. Canoas: Editora Ulbra, 2000.

Ofício da Inquisição. Nessa época, a Holanda construiu sua primeira penitenciária masculina e, anos mais tarde, por volta de 1597, a segunda penitenciária, esta, contudo, feminina, ambas em Amsterdã, com vistas ao cumprimento da pena privativa de liberdade. Daí por diante foram sendo construídas outras ao longo do mundo.

Destacaram-se, ainda no século XVIII, duas grandes penitenciárias: a Penitenciária de São Miguel, construída em 1703, a qual se destinava ao confinamento celular e à ascese¹², mais do que ao trabalho; e a Penitenciária de Gant, na Bélgica, construída em 1775 cuja preocupação era com o trabalho e a automanutenção dos presos; “tanto que usava o ‘slogan’: *o trabalho é um imperativo econômico e quem não trabalha não come*”¹³. Ainda nesta época, a prisão não era generalizadamente instrumento da pena e os presos eram jogados e relegados ao abandono, resultando em muitas mortes pelo esquecimento de todos, pois geralmente ficavam no subterrâneo dos castelos, eram imundas, inóspitas, insalubres e geradoras de diversas doenças, entre elas a famosa febre das “prisões”.

Finalmente, segundo Ribeiro¹⁴, no final do século XVIII e início do século XIX, ocorreu, agora com maior abrangência, a transição da prisão como penalidade de detenção. A propósito, foi uma novidade em termos jurídico-penais, iniciando de fato a abertura do sistema penal vigente a mecanismos coercitivos já existentes e aplicados em outros espaços. O surgimento da prisão na visão foucaultiana é algo marcante na história da justiça penal, pois não se refere a um abrandamento do poder, e sim à adoção do conceito de exata medida da punição. É a redução do poder arbitrário de punir e o ajustamento da pena ao delito praticado. Não se trata de punir menos, mas melhor, talvez com uma severidade atenuada, para punir com mais universalidade e necessidade; insere-se aí de maneira profunda o poder de punir o “corpo” social.

¹²“Era uma espécie de exercício prático realizados pelos reclusos com o objetivo de leva-los a efetiva realização da virtude e conseqüentemente sua reintegração ao convívio social” GOMES NETO, P.R. A prisão e o sistema penitenciário: uma visão histórica. Canoas: Editora Ulbra, 2000, p. 47.

¹³ GOMES NETO, P.R. **A prisão e o sistema penitenciário**: uma visão histórica. Canoas: Editora Ulbra, 2000, p. 47.

¹⁴ RIBEIRO, N.F. A prisão na perspectiva de Michel Foucault, *In*: LOURENÇO, S.A; ONOFRE, E.M.C (ORG.). O espaço da prisão e suas práticas educativas: **enfoques e perspectivas contemporâneas**. São Carlos: EduFSCar, 2011.

Em meio a este cenário degradante, uma figura ganha grande destaque. O inglês John Howard (1726 – 1790), o qual teve a sorte de herdar uma grande fortuna, tornou-se um grande devoto das promoções filantrópicas e assistência aos doentes e presos, não apenas da Inglaterra, mas de todo o mundo. Conforme Gomes e Neto¹⁵, Howard apresentou um modelo ideal de estabelecimento penal o qual chamou de *Penitentiary House*, devendo ter algumas bases para o seu funcionamento, tais como: preocupação com a higiene e com o regime alimentar; regime celular abrandado por educação moral, religiosa e profissional; regimes disciplinares diferenciados para processados e condenados e, por fim, sistema progressivo de dois estágios para condenados - o primeiro deveria ser isolamento celular, dia e noite, o segundo, de trabalho durante o dia e isolamento durante a noite.

Esses pensamentos o tornaram muito conhecido, pela fascinação em implantar um sistema mais humanitário dentro das prisões, daí as duras críticas encontradas em seu livro publicado 1776 “*The state of prisons in England and Wales with preliminar observations and account of some foreign prisons and hospitaes*”¹⁶

Howard foi apenas um dos diversos interessados e comprometidos com o sistema prisional ao longo das décadas. Ao se voltar a aspectos históricos desse porte ao que concerne a prisão, está a se realizar um exercício de reflexão em torno desse tema tão difundido e tratado com certa polêmica nos últimos tempos. Pode-se dizer que é o início da compreensão de algo dotado de muita complexidade, pois mesmo que a prisão tenha se tornado um instrumento da pena, com vistas a procedimentos punitivos mais humanizadores, ainda assim, ocorrem muitas barbáries dentro de seu campo institucional; infelizmente ela não conseguiu apagar alguns tipos de penas concebidas nos séculos anteriores.

E, muito embora os castigos impostos soberanamente tenham se tornado distantes, a prisão reformada passaria a ser “uma usina de novos indivíduos, celeiro de novas subjetividades adaptadas à realidade de um novo mundo que necessitava

¹⁵ GOMES NETO, P.R. **A prisão e o sistema penitenciário**: uma visão histórica. Canoas: Editora Ulbra, 2000.

¹⁶ O Estado das Prisões na Inglaterra e País de Gales com observações preliminares e relato sobre algumas prisões e hospitais estrangeiros – tradução livre

de ordem”¹⁷ imergindo-nos em meio a uma nova classe de sujeitos - “o delinquente”, e um novo rol de atividades ameaçadoras à ordem - “a delinquência”, consolidando a materialização da figura do criminoso, o qual passa a ser uma ameaça à sociedade.

Sendo assim, buscar-se-á nas linhas que se seguem um “olhar” relativizador diante desse indivíduo que muito antes de “ser criminoso” é um “ser humano” e como tal, deve ter o “direito” da oportunidade de começar de novo a reescrever a sua história.

3 ENTRE O PUNIR E O RESSOCIALIZAR: UMA REFLEXÃO DO DELINQUENTE, DO DELITO E A SOCIEDADE

Seguindo por linhas gerais, percebe-se que atualmente a impunidade permeia o imaginário da sociedade, recaindo duras críticas sobre o Sistema Judiciário. Contudo, é notório que enredar um debate em torno dessa tríade vai muito além do que se supõe conhecer, possibilitando-se apenas uma rápida compreensão daquilo que metaforicamente se pode chamar de “a ponta do iceberg”, devido a incompletude e ao mesmo tempo a capacidade que o “delinquente, o delito e sociedade” possuem de se (re)inventarem ao longo dos tempos.

A ideia mais rápida que se pode ter dessa materialidade está no fato de que as transformações ocorridas na pós-modernidade, sejam elas sociais, tecnológicas, econômicas e culturais, serviram como fonte de disseminação de uma grande desigualdade entre as classes, repercutindo ao que hoje consideramos como “problemas sociológicos” e, dentre eles, a perceptível elevação do índice de criminalidade, e conseqüentemente a ênfase na pena privativa de liberdade e a superlotação do Sistema Penitenciário.

Cabe ressaltar que o discurso que se constrói a partir daqui não visa a extinção do sistema punitivo, pelo contrário, sugere um “novo” olhar ao apenado perante a sociedade. Isso porque a crença de que é necessário o Estado retribuir ao criminoso o mal causado, castigando-o, acaba sobrepondo-se, e até mesmo comprometendo, à proposta de reinserção social e da própria prevenção de uma

¹⁷ PASSETTI, E. **Kafka, Foucault**: sem medos. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

possível reincidência ao crime. Afinal, um dia esse sujeito deverá retornar ao convívio em sociedade, independentemente da transformação que o cárcere conseguiu surtir sobre ele. Como diria Goethe¹⁸, “quer se tenha de punir, quer se tenha de absolver, é preciso os ver sempre humanamente”.

3.1 AS IDEIAS DE VERDADE E REALIDADE: UM CONVITE A SE PENSAR SOBRE O “HOMEM” APRISIONADO

A crença generalizada de que o “bandido” é um mal a ser extirpado do convívio social é algo que vem sendo pensando illogicamente ao longo das décadas. Para se compreender essa concepção basta deslocar o criminoso de seu “campo” interior e individual, enquanto infrator, trazendo-o para exterioridade, ou melhor, para o “campo” social, com vistas a se pensar em que se baseiam seus valores e crenças que fizeram cessar seus freios sociais e o levaram a transgredir as leis penais, as quais todo e qualquer cidadão deve ser observar.

Azevedo e Vasconcellos¹⁹ apontam que vivemos em uma sociedade desigual e que essas relações acabam gerindo resultados negativos na pacificidade entre os grupos. Em uma abordagem rápida, denota-se que a exclusão é um problema que afeta a sociedade como um todo, e que de um modo geral a população carcerária é formada por indivíduos em situações vulneráveis, sem “polir” a dura realidade, composta em sua maioria por pobres, negros e analfabetos funcionais.

Dessa forma, como cobrar valores e crenças de pessoas que muitas vezes já nasceram marginalizadas, rotuladas e estigmatizadas de que a criminalidade provém miseravelmente da pobreza? Não estaria o Estado negligenciando os direitos fundamentais a esses sujeitos que vivem a “margem da sociedade”, e muitas vezes só conseguem adentrá-la com o cometimento de grandes ou pequenos delitos, só assim passando a serem relativamente “vistos” pelo Estado? Infelizmente essa situação fática nos mostra que ao mesmo tempo em que são reconhecidos como

¹⁸ Jurista, escritor, romancista e filósofo alemão.

¹⁹ AZEVEDO, R.G e VASCONCELLOS, F.B. Punição e democracia em busca de novas possibilidades para lidar com o delito e a exclusão social. *In*: GAUER (ORG.) **Criminologia e sistemas – jurídicos penais contemporâneos**. Porto Alegre: Editora PUCRS, 2012.

sujeitos sociais, acabam por ser relegados ao esquecimento ao serem sancionados à pena de prisão.

Essa omissão por parte do poder estatal em investir e ampliar as políticas públicas, as quais implicariam num investimento em prevenção, aliado a um discurso punitivo e repressivo, acaba por alimentar o sendo comum das pessoas de que os governantes estão fazendo o possível para combater a violência e que a responsabilidade tão somente estará pautada na lei e no sistema punitivo, gerando um sentimento de aversão e impiedade da sociedade para com o condenado. Nas palavras de Elias²⁰, “o Estado estimula a população a acreditar que o combate à criminalidade seja severo, com isso são supridos direitos fundamentais sem que o cidadão perceba”, resultando na ilusão de que ele está combatendo o crime.

Mal se sabe, ou se faz questão de ignorar, que apenas se está tirando um delinquente de circulação sem imaginar, ou mesmo se importar, de que maneira ele retornará ao convívio social futuramente. Impõe-se refletir com certa profundidade em relação ao “infrator”, sob a ótica de que alguns de nossos “pré-conceitos” não passam de construções socioculturais “como bem e mal, certo ou errado, bonito e feio, aceitável e inaceitável”²¹; não existe uma bondade absoluta ou uma maldade pura, o que há é o enquadramento de algumas condutas humanas nestas categorias, por uma unidade coletiva que as considera desejável ou inaceitável dentro de uma determinada época e sociedade.

Segundo Lima²², o desviante é alguém que foi rotulado socialmente como criminoso, sendo-lhe aplicado o conceito que foi aceito com sucesso para todas as condutas por ele cometidas. E a resposta mais rápida para tal situação será a punição de um sujeito estigmatizado e marcado por preconceitos, onde o que nos interessa é tão somente punir, sem ao menos nos preocuparmos se realmente esse “punir” será efetivamente capaz de “prevenir” para que isso não ocorra novamente.

²⁰ ELIAS, J.H.M. **Direito Penal Simbólico**: a dissimulação da supressão do direito fundamental a segurança pública. São Paulo: Editora Baraúna, 2014.

²¹ LIMA, C.N. A delinquência Juvenil sob o Enfoque Criminológico *In*: SÁ, A.A e SHECAIRA, S.S. (org.). **Criminologia e os problemas da atualidade**. São Paulo: Editora Atlas, 2008, p. 5.

²² LIMA, C.N. A delinquência Juvenil sob o Enfoque Criminológico *In*: SÁ, A.A e SHECAIRA, S.S. (org.). **Criminologia e os problemas da atualidade**. São Paulo: Editora Atlas.

Sendo assim, se os desvalores estão intrinsecamente arraigados ao mundo crime à punição como simples retribuição será nada mais nada menos que a materialização de uma prática que nega o ser social enquanto ser pensante e de direitos, enquanto ser livre, em um mundo em que a liberdade recebe o significado de “ter” e de “poder”. Passando despercebido aos olhos da sociedade que o condenado acaba por ser duplamente vitimizado: em primeiro momento através das penas sofridas no cárcere e posteriormente pela própria lógica vigente entre os que fazem parte desse submundo, muito pouco pensando como um “espaço social” concretizador da pena e da negação do outro.

Para Silva²³, impor ao outro um ambiente em que violência e dor caminham de “mãos dadas” é como deixar aflorar o instinto selvagem do homem primata, alimentando a individualidade e egoísmo que impera sobre eles, repercutindo assim em disputas e conflitos dentro de um ambiente que deveria possibilitar ao delinquente uma reflexão acerca de suas condutas, lhe mostrando que a retribuição aos crimes cometidos se faz necessária, mas que acima de tudo, deve ser aplicada conjuntamente com a preparação do retorno desse indivíduo ao meio social, de modo que possa voltar a ele muito melhor do que “saiu” um dia.

Muito mais que punir, deve-se prevenir, e isso só nos será possível quando compreendermos a importância de repensarmos a ressocialização e reinserção do delinquente para o controle da criminalidade. Caso contrário, a sociedade ficará cada vez mais a mercê do “crime”, afinal, há que se pensar que a prisão não deixa de ser um espaço social e como qualquer outro é dotado de poder, força e ideologias, as quais, indubitavelmente, imperam negativamente sobre esses sujeitos que dela se constituem, contribuindo assim para a soma dos vários fatores que tornam a lógica punitiva distante da efetividade almejada, bem como “nebuloso” o verdadeiro intuito do ressocializar.

²³ SILVA, A.L. A. **Retribuição e história**: para uma crítica ao sistema penitenciário brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2014.

4 AFINAL, QUAL É A FUNÇÃO DA RESSOCIALIZAÇÃO?

Ao retomar mesmo que brevemente o estudo da pena e a sua função de ressocialização se pode ver que no decorrer da história ela assumiu sua importância sobre dois aspectos ou duas teorias. De acordo com a abordagem de Higino Filho²⁴, tem-se as teorias absolutas e as teorias relativas. As absolutas têm como base a retribuição e aplicação de penas exclusivamente como castigo, por sua vez, as relativas estariam pautadas na prevenção.

Torna-se importante ressaltar que as teorias relativas ou preventivas se subdividem em “prevenção geral” e “prevenção especial”. A prevenção geral está voltada para a coletividade com o intuito de inibir e coagir aquele indivíduo que ainda não delinuiu, evidenciando assim o aspecto negativo da pena ou a prevenção geral negativa. Ao seu lado, têm-se a prevenção geral positiva. Esta abrange de maneira individual o agente que cometer o delito, materializando o poder de punir, ou seja, é a confirmação do Estado e do Direito na validação jurídica da norma penal.

Contudo, é na prevenção especial, mais precisamente em seu aspecto positivo, que encontraremos a ressocialização, âmago do presente trabalho.

Segundo Higino Filho²⁵, a palavra ressocialização além de ser mal compreendida não é bem explicada. “Não seria adequado usar o termo ressocialização de infratores para pessoas que nunca estiveram inseridas no contexto social”, e conforme o que foi enredado anteriormente seria muito melhor se falar em socialização, integração, inserção, que em ressocialização, reintegração, reinserção.

Inclusive, a ideia de ressocialização como uma socialização substitutiva é defendida por grandes estudiosos, dentre eles um dos mais importantes criminalistas italianos Alessandro Barata²⁶. Segundo este, a concepção do cárcere como reeducação do criminoso seria inútil, uma vez que, enquanto a educação é capaz de

²⁴ HIGINO FILHO, F. APAC – Uma proposta de ressocialização de presidiários. *In: Cultura da paz e prevenção da violência* (org.) Rio de Janeiro: Edições Loyola.

²⁵ HIGINO FILHO, F. APAC – Uma proposta de ressocialização de presidiários. *In: Cultura da paz e prevenção da violência* (org.) Rio de Janeiro: Edições Loyola, p.191.

²⁶ BARATTA, A. **Criminologia Crítica e a Crítica do Direito Penal**: Introdução à Sociologia do Direito Penal. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. 3º ed. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

produzir a liberdade e o auto respeito, a prisão produz a degradação e repressão desde o seu início. Não obstante, atualmente, o que se vê é a desculturação do sujeito em face da sociedade, distanciando-se de valores, perdendo o senso de responsabilidade e, principalmente, aproximando-o dos valores próprios da subcultura carcerária. É por isso que entra em cena o importante papel de se pensar em um sistema penal alternativo que enxergue o criminoso como indivíduo social e a criminalidade como um processo e não apenas uma conduta humana.

Ressalta-se que justamente ao se seguir pelo prisma da socialização do criminoso, estar-se-á dando ênfase à relevância de se refletir sobre esses métodos alternativos em relação ao sistema punitivo/ressocializador, assim como, um olhar mais humanitário quanto à execução da pena. Caminha-se, assim, para abordagem de um método que vem ganhando destaque quanto a sua efetividade, principalmente ao que tange a reintegração social do sujeito aprisionado e a reincidência a criminalidade. Nesse diapasão, mostra-se pertinente abordar a metodologia APAC, adentrando assim na profundidade e repercussão positiva que está medida alternativa vem trazendo, não apenas para o sistema prisional, mas para a sociedade como um todo.

4.1 A REFLEXÃO: UM CAMINHO POSSÍVEL PARA A REABILITAÇÃO DO CRIMINOSO

Sem dúvida, a “reflexão” do apenado não é exigida pelo Estado como meio de punir as faltas cometidas pelo delinquente. Desse modo, perquirir sobre a reabilitação do criminoso pelo seu viés exigiria aprofundar-se ao subjetivismo do magistrado, pois este, ao sancionar o agente como uma reprimenda, não estaria apenas lhe aplicando a “pena” propriamente dita, mas sim proporcionando-lhe um momento para refletir sobre seus atos, ou seja, “dando-lhe a oportunidade e possibilidade de reinserção social”, como diria Miranda²⁷, por meio da autoanálise do erro cometido.

²⁷ MIRANDA, M. **Sobre a reabilitação dos criminosos:** Há alternativa ... (à pena)? Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014, p. 237.

Nesse sentido, ensina Zaffaroni²⁸ a respeito da importância de se compreender que a operacionalidade real dos sistemas penais se distancia ferrenhamente daquilo que pressupõem operar. É dizer, “[...] a programação normativa se baseia sobre uma “realidade” que não existe e o conjunto de agências que deveria seguir essa programação opera de maneira completamente diferente”²⁹. Entretanto, sabemos que este distanciamento do planejamento e sua realidade fática não ocorre apenas pela ilusão de um discurso jurídico – penal “falso”, mas pela incompletude existente no entremeio de sua concretização, exigindo o repensar sobre essas novas alternativas punitivas, em virtude da inovação das demandas a serem atingidas.

E ao que parece, o método APAC poderá ser uma “ponte” entre esse “punir” e “ressocializar”. Não obstante, cabe salientar que ao perquirir a respeito de métodos alternativos de cumprimento de pena não se excluindo a importância de sopesar o crime cometido pelo agente com a necessária resposta estatal. É dizer, mostra-se indispensável essa clara visão de ponderação quanto ao delito praticado e a possibilidade de oportunizá-lo o cumprimento de uma pena alternativa ou o próprio cumprimento da mesma de maneira diferenciada. Afinal, o “mundo” da criminalidade também exige uma ótica realista, pois, infelizmente, existe delinquentes incapazes de se adequarem a um modelo prisional que exige maior disciplina. Mister se faz uma preparação prévia com o agente, para que posteriormente seja inserido a métodos desta estirpe, sem se colocar em risco a segurança da sociedade.

5 O MÉTODO APAC: UMA ALTERNATIVA POSSÍVEL AO RESGATE DO CRIMINOSO E DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

“Os sábios procuram a origem do delito no cérebro; os pequenos não esquecem que, mesmo como disse o Cristo, os homicídios, os furtos, a violência, as falsificações vem do coração. É ao coração do delinquente que precisam curá-lo”

²⁸ ZAFFARONI, E.R. **En busca de las penas perdidas**. Buenos Aires: Editora Comercial, Industrial y Financiera, 1998.

²⁹ “[...] es decir, que la programación normativa se basa sobre una “realidade” que no existe y el conjunto de agencias que debiera llevar a cabo esa programación opera en forma completamente diferente ” ZAFFARONI, E.R. **En busca de las penas perdidas**. Buenos Aires: Editora Comercial, Industrial y Financiera, 1998, p. 16.

(Francesco Carnelluti).

Antes mesmo da abordagem sobre essa possível alternativa de resgate do reeducando, mostra-se forçoso encarar o detento como homem e não como um criminoso. É dizer, faz-se necessário se despir de toda e qualquer concepção preconceituosa em torno da “figura” do condenado. Deve-se olhar para ele como alguém que errou e mediante a esses erros ainda é capaz de mudar. Seguindo por este viés que Mário Ottoboni deu um caráter inovador em todos os aspectos que circundam à recuperação do condenado, tornando-se um dos fundadores da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC).

A APAC surgiu no ano de 1972 no município paulista de São José dos Campos, de acordo com Silva³⁰ teve como idealizador e fundador o advogado Mário Ottoboni juntamente com a ajuda de um grupo de cidadãos cristãos e alguns membros do judiciário, todos imbuídos do ideal de prestar auxílio ao Estado na árdua tarefa da Execução Penal, sob o slogan de “Amando o Próximo, Amarás a Cristo”, que mais tarde se transformaria em “Associação de Proteção e Assistência aos Condenados”, doravante (APAC).

Considerado por muitos estudiosos e idealizadores de uma política punitiva mais garantista e humanitária como a “luz” dos desprezados, pela coragem de “voltar” seus olhos ao indivíduo desviante que traz consigo o estigma de criminoso, marginalizado e esquecido dentro de um sistema notadamente falido. Em seu livro “Vamos matar o criminoso”³¹, o autor descreve brilhantemente os desafios de se criar um método visando a efetividade da ressocialização em plena década de 70. Para tanto, contou com a ajuda de poucos, mas principalmente dos grupos religiosos, os quais, de longa data, possuem uma nítida atuação dentro das prisões.

Fato este que levou o método apaquiano a se basear, num primeiro momento, em princípios religiosos. É dizer, a junção da religião e a recuperação, com vistas a reinserção desses sujeitos novamente ao convívio social, embora essa concepção religiosa atualmente não seja o enfoque principal e inarredável.

³⁰ SILVA, A.R.D. **A Privação da Liberdade em Reflexão Garantista**: Reforma ou substituição do atual paradigma. São Paulo: Editora Baraúna, 2011, p.247.

³¹ OTTOBONI, M. **Vamos matar o criminoso?** Método APAC. São Paulo: Edições Paulina, 2001.

De acordo com Falcão e Cruz³², as APAC'S possuem amparo legal na Constituição Federal, na Lei de Execução Penal e em algumas leis estaduais. Trata-se da composição de uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e oriunda da mobilização da sociedade em consonância com o Estado, tendo por objetivo primordial a humanização das prisões sem perder de vista o aspecto punitivo da pena. Ainda, busca evitar a reincidência no crime e promover ao condenado meios para sua recuperação, operando como uma entidade auxiliar dos Poderes Judiciário e Executivo na execução penal e na administração das penas privativas de liberdade dos três regimes previstos no Código Penal.

Ressalta-se aqui que essas instituições se diferem do Sistema Prisional convencional, fundamentando-se em uma metodologia cujo pilar principal está focado na valorização humana, com o intuito de reformular a autoimagem do delinquente, ou como diria Ottoboni “matar o criminoso e salvar o homem”. Desta forma, procura-se construir dentro deste espaço reabilitador um ambiente diferenciado das prisões comuns, tanto que nas Associações não existe a presença de entidades policiais e nem mesmo carcereiros. O preso é chamado de reeducando e são eles os encarregados do cuidado das celas, partindo da premissa do “recuperando ajudando recuperando” e prescindindo nos ensinamentos de saber respeitar o espaço do próximo, haja vista que o ato ilícito que o levou a ser condenado proveio de um desrespeito ao outro ou à sociedade. É dizer, no interior das APAC'S se obedece a uma rígida disciplina pautada no respeito, na ordem e no trabalho, o que torna o condenado protagonista principal da sua recuperação e corresponsável por ela.

Cabe lembrar que o método utilizado na APAC se lastreia em doze premissas indispensáveis para a sua adequação e formação, como nos aponta Silva³³, sendo elas: a participação da comunidade; recuperando ajudando recuperando; trabalho; religião; assistência jurídica; assistência à saúde; valorização humana; família; serviço voluntário; Centro de Reintegração Social; mérito e Jornada de Libertação.

³² FALCÃO, A.L.S; CRUZ, M.V.G. O Método APAC – **Associação de Proteção aos Condenados**: Análise sob a perspectiva de alternativa penal. Brasília DF – VIII Congresso CONSAD de Gestão Pública. Disponível em www.escoladegestao.pr.gov.br. Acesso em 14/07/2016.

³³ SILVA, A.R.D. **A Privação da Liberdade em Reflexão Garantista**: Reforma ou substituição do atual paradigma. São Paulo: Editora Baraúna, 2011, p.251-252.

Em que pese a laicidade do Estado, segundo Silva³⁴, todos esses elementos são fundamentais para o bom desenvolvimento do método e estão interligados uns com os outros. Mas, não obstante a importância de tais elementos, faz-se necessário ressaltar que a participação da comunidade e o serviço voluntário são um dos escopos principais, diferindo as associações dos estabelecimentos carcerários comuns em que “ a participação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança possuem previsão legal, mas são aplicadas timidamente”³⁵; nas APAC’S esse é o momento de aproximar-se do reeducando dando-lhes mais segurança e esperança para sua recuperação.

Nesse contexto, importa ressaltar que a participação religiosa, mormente diante do direito constitucional à intimidade e liberdade, a todos garantido, deve ser voluntária e espontânea, não podendo o centro de reeducação se tornar um espaço de doutrinação. É dizer, a liberdade de culto deve ser garantida, assim como a liberdade de não se submeter a ele, respeitando-se as diversidades, aqui incluídos os direitos dos ateus, agnósticos e outros grupos de minoria.

Atualmente existem diversas instituições no Brasil e no exterior que adotaram o método, devido a sua eficiência, tendo em vista que a média de reincidência de presos que estão sob a sua tutela fica entre 8% e 15%, quando a margem dos presídios comuns gira em torno de 70%. Segundo Beato³⁶ atualmente contamos com várias unidades espelhadas em todo território nacional e internacional, sem contar nas que estão em fase de implantação.

No Paraná, aludido método teve seu nascedouro no ano de 2012 no Centro de Ressocialização de Barracão, Sudoeste do Paraná. Em entrevista à um jornal de circulação estadual³⁷, a juíza criminal Branca Bernardi afirmou “que o método funciona, sobretudo, para proteger a sociedade”, e que os resultados mostram que o

³⁴ SILVA, A.R.D. **A Privação da Liberdade em Reflexão Garantista**: Reforma ou substituição do atual paradigma. São Paulo: Editora Baraúna, 2011.

³⁵ SILVA, A.R.D. **A Privação da Liberdade em Reflexão Garantista**: Reforma ou substituição do atual paradigma. São Paulo: Editora Baraúna, 2011, p. 252.

³⁶ BEATO, C. (org.). **Compreendendo e avaliando**: projetos de segurança pública. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

³⁷ RIBEIRO, D. Método aumenta a reinserção de presos. Disponível em: www.gazetadopovo.com.br. Acesso em 15/07/2016.

investimento do Estado na ressocialização dos presos tem sido de grande valia, pois o método oferece todas as ferramentas necessárias para que o preso siga a vida ressocializado, sem contar que acabam devolvendo o dinheiro investido neles com o que aprenderam, trabalhando, pagando impostos e não voltando a cometer crimes. Segundo a magistrada, o respeito aos presos é fundamental para inseri-los nessa nova etapa, principalmente para que deixem no passado as lembranças do crime e comecem a pensar em um novo futuro.

A Comarca de Barracão foi à pioneira na implantação do método no Paraná, e atualmente a juíza é responsável por coordenar a implantação das APAC'S nas demais Comarcas do Estado. Seguindo o exemplo de Barracão, em março de 2016, foi implantada uma nova unidade na Comarca de Matelândia, no Oeste do Estado, e outras cidades encontram-se em fase de implantação.

Compreende-se assim que o método apaquiano surge como uma proposta de valorização humana, cujo objetivo está elencado em oferecer ao condenado condições de regularizar sua situação com a Justiça e ao mesmo tempo recuperar seu espírito, para que ele possa viver em harmonia após sua liberdade, e ainda proteger a sociedade na tentativa da erradicação dos altos índices de reincidência e criminalidade que assolam o cotidiano de milhares de pessoas “ferindo” a pacificidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa aponta indícios de que a realidade prisional contemporânea ainda permanece atrelada aos suplícios da alma enunciadas por Foucault³⁸. De fato, as prisões são formadoras da delinquência, marcando cada vez mais o “insucesso” de sua tríplice função: punir o infrator; reeducá-lo e proteger a sociedade. Em verdade, acaba contribuindo para o aumento da criminalidade.

Sabe-se que a prisão tem sido discutida e rediscutida ao longo dos séculos, e fomentar um debate em seu entorno é algo complexo e ao mesmo tempo desafiador,

³⁸ FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão; Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis RJ: Editora Vozes, 1987

muitas vezes um pouco distante de nossa realidade, cercado de sensações diversas, mistérios e perigos. É dizer, “trilhar” por um caminho arenoso de muitas dúvidas e poucas certezas, talvez algo indefinível, mas, ao mesmo tempo, plenamente possível.

No entanto, tão desafiador quanto ao discurso em torno da pena de prisão, é buscar um novo olhar para o sujeito aprisionado, mostrando talvez uma realidade que na maioria das vezes fica submersa ao crime por ele cometido. E justamente perfazendo esse caminho degradante que se pode constatar a importância de se pensar no criminoso humanamente e, principalmente, os benefícios e a relevância do papel das penas alternativas, em específico o Método APAC.

Conclui-se que através da metodologia apaquiana é possível recuperar o criminoso, tendo como base preceitos de valorização humana, oferecendo um espaço reabilitador e um ambiente diferenciado das prisões comuns. Assim, oportuniza-se ao condenado o cumprimento de sua pena de maneira mais humanizada, evitando, assim, a reincidência e concretizando com efetividade a função da pena, reabilitando-o para que retorne a sociedade muito melhor do que saiu um dia.

Contudo, convém ressaltar que o presente estudo em momento algum objetivou a extinção das penas restritivas de liberdades e tampouco da prisão. Pelo contrário, buscou-se aqui a rediscussão desse tema que remonta de longa data, mostrando as possibilidades de se preencher as lacunas deixadas pela ineficiência do Estado ao punir o criminoso, desviando o sentido real da pena de prisão em meio a um sistema notadamente falido, alicerçado em uma ideia subjetiva de “proteção”, acreditando no dogma de que a desumanização extinguirá todo mal “alojado” no coração do homem e que para proteger a sociedade basta manter o infrator distante dela. E, muito longe de se transformar os delinquentes em homens bons, acaba por “fabricar” ainda mais criminosos ou afundá-los de vez na criminalidade.

Sendo assim, que essas breves linhas em meio a incompletude que este tema pode oferecer seja apenas a “mola” propulsora de muitos outros que podem e devem ser tomados como ponto de reflexão, afinal, há de se pensar na falácia de “que bandido bom é bandido morto”, uma vez que, independente da efetividade do sistema prisional, cedo ou tarde ele retornará o agente novamente ao convívio social, e caberá também a nós refletirmos como será esse retorno; pensemos nisso!

REFERÊNCIAS

BARATTA, A. **Criminologia Crítica e a Crítica do Direito Penal**: Introdução à Sociologia do Direito Penal. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. 3º ed. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

BEATO, C. (org.). **Compreendendo e avaliando**: projetos de segurança pública. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

CARVALHO, T.S; SUECKER, B.H.K. **A possível influência genética no perfil criminológico de psicopatas**. Novo Hamburgo: Editora FEEVALE, 2011.

CIPRIANI, M.L.L. **Das Penas**: suas teorias e funções no moderno direito penal. Canoas: Editora ULBRA, 2005, p. 23.

ELIAS, J.H.M. **Direito Penal Simbólico**: a dissimulação da supressão do direito fundamental a segurança pública. São Paulo: Editora Baraúna, 2014.

FALCÃO, A.L.S; CRUZ, M.V.G. O Método APAC – **Associação de Proteção aos Condenados**: Análise sob a perspectiva de alternativa penal. Brasília DF – VIII Congresso CONSAD de Gestão Pública. Disponível em www.escoladegestao.pr.gov.br. Acesso em 14/07/2016.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1996.

_____. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão; Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis RJ: Editora Vozes, 1987

GAUER, G. J. C.; NETO, A.C. e PICKERING, V.L. **Realidade do indivíduo na prisão**: Considerações sobre a violência *In*: GUAER, R.M.C. (ORG.). **Criminologia e sistemas jurídicos-penais contemporâneos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

GOMES NETO, P.R. **A prisão e o sistema penitenciário**: uma visão histórica. Canoas: Editora Ulbra, 2000.

HIGINO FILHO, F. APAC – Uma proposta de ressocialização de presidiários. *In*: **Cultura da paz e prevenção da violência** (org.) Rio de Janeiro: Edições Loyola.

MIRANDA, M. **Sobre a reabilitação dos criminosos**: Há alternativa ... (à pena)? Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

OTTOBONI, M. **Vamos matar o criminoso?** Método APAC. São Paulo: Edições Paulina, 2001.

RIBEIRO, D. **Método aumenta a reinserção de presos.** Disponível em: www.gazetadopovo.com.br. Acesso em 15/07/2016.

RIBEIRO, N.F. A prisão na perspectiva de Michel Foucault, *In*: LOURENÇO, S.A; ONOFRE, E.M.C (ORG.). O espaço da prisão e suas práticas educativas: **enfoques e perspectivas contemporâneas** . São Carlos: EduFSCar, 2011, p. 38.

SEGRE, M. Introdução à criminologia *In*: COHEN,C.;SEGRE,M.;FERRAZ, F.C. (org.) **Saúde Mental, Crime e Justiça**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo USP, 2006

SILVA, A.L. A. **Retribuição e história:** para uma crítica ao sistema penitenciário brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2014.

SILVA, A.R.D. **A Privação da Liberdade em Reflexão Garantista:** Reforma ou substituição do atual paradigma. São Paulo: Editora Baraúna, 2011.

ZAFFARONI, E.R. **En busca de las penas perdidas.** Buenos Aires: Editora Comercial, Industrial y Financeira, 1998.

RELAÇÕES HUMANAS DENTRO DAS ORGANIZAÇÕES DE TRABALHO

Darciele Mibach³⁹

RESUMO: A Psicologia comportamental que é voltada à análise do relacionamento das instituições e seus funcionários, também é chamada de Psicologia Organizacional e do Trabalho. Esta vem analisando uma parcela considerável das relações empresa-funcionário, na qual fundamenta a necessidade de se aplicar mais esforços ao desvendar pontos que ainda são desconhecidos, bem como amplificar o conhecimento já adquirido. Desta forma, procurou-se aprofundar a questão literária que versa hodiernamente sobre o assunto supra. Dando-se a importância do relacionamento organizacional, o que se observa é o franco desenvolvimento literário nesta área, o qual vem ratificar a importância que cerceia tal análise comportamental dentro das instituições bem como no próprio desenvolvimento científico da psicologia organizacional, em que, na maioria dos casos, tais produções científicas são desenvolvidas por profissionais da psicologia, que visam à própria evolução teórica desta área.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia organizacional. Desenvolvimento científico. Análise comportamental.

ABSTRACT: The behavioral psychology that is focused on the analysis of the relationship of the institutions and their staff, is also known Work and Organizational Psychology. This has been analyzing a sizable portion of the company-employee relations, which is based on the need to apply more efforts to unravel points that are still unknown, and amplify the knowledge already acquired. This way, if was necessary to examine the issue literary on the subject nowadays above. Giving the importance of the organizational relationship, what is observed is the candid developing literature in this area, which ratifies the importance which curtails such behavioral analysis within the institutions as well as the own scientific development of the organizational psychology, which in most of the cases, such scientific productions are developed by psychology professionals, aiming to own theoretical developments in this area.

KEYWORDS: Organizational psychology. Scientific development. Behavioral analysis.

1 INTRODUÇÃO

Assim como em muitas áreas do conhecimento humano, a gestão organizacional tem evoluído no decorrer dos anos, evidenciando na contemporaneidade um aparato repleto de mecanismos com que vem contribuindo para um melhor entendimento e conceituação das organizações comportamentais. Para tanto, neste trabalho será referenciada de forma concisa, porém dinâmica, algumas conceituações acerca das teorias comportamentais do sistema organizacional a partir do início do século, bem como das suas contribuições para o evoluir do estudo voltado ao relacionamento entre empresa e funcionários.

³⁹ Pós-Graduada do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Psicologia Organizacional e do Trabalho, da Universidade do Alto Vale do Peixe – UNIARP – Caçador/Fraiburgo/SC. Coordenadora e professora do Curso de Psicologia das Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu (Uniguaçu).

Não se tem como objetivo dar visibilidade aos estudos já realizados, mas sim, demonstrar como se aconteceu este processo evolucionista da área da Psicologia, focando a evolução dos níveis centrais dos conceitos e acerca deste processo e o próprio desenvolvimento das organizações que destes aprendizados se disporem, tudo imbuído no contexto crescente da economia, assim como nos campos da expansão tecnológica e cultural.

Desta forma, não se tem por objetivo analisar uma gama extensa e variada de autores, mas sim, de vislumbrar as grandes correntes de pensamento e como se procedeu ao seu evoluir no decorrer das décadas do século XXI.

2 HISTÓRICO DO COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL

Consonante é a doutrina que reporta o estudo do comportamento organizacional tendo este suas raízes epistemológicas no percurso evolutivo da própria sociedade e de seu desenvolvimento industrial, vultuosamente nos primórdios do século XX.

Concatenado as atividades do homem que através de suas interdependências de uns aos outros, estão os crescentes volumes de recursos, bem como de sua organização que expõe novos e infindáveis desafios. Desta forma, pode-se observar que em grandes conglomerados corporativos urge-se pela compreensão do comportamento do homem e deste com o seu trabalho.

Podemos dizer em outras palavras que a atividade humana está intimamente correlacionada com os preceitos da administração, onde esta anseia por maior rendimento laboral e aquele pelas suas próprias necessidades vitais.

A história do comportamento organizacional está enraizada na abordagem comportamental, ou a crença de que a atenção específica dada às necessidades dos funcionários cria maior satisfação e produtividade. (DUBRIN, 2003, p. 3)

O que se pode observar é que a busca por maiores rendimentos das empresas abriu um grande abismo entre o homem sociável que busca seu sustento e a empresa que busca o lucro, já que esta investe vultosas quantias para o desenvolvimento de

seus maquinários para obter maiores lucros, enquanto o aprimoramento do conhecimento do empreendedor ficava alheio ao próprio desenvolvimento como um todo.

Nos dias de hoje, com tantas atribuições sofridas pelo homem em busca de condições melhores de sobrevivência para si e sua família, comumente ouvimos expressões que remetem o grau de importância do trabalho na vida das pessoas. Expressões estas, tal como “primeiro o trabalho, depois o lazer”, que nos levam a conclusões de que em muitos casos as pessoas já não trabalham por que estão em suas áreas de atuação ou por que gostam, mas sim porque têm a necessidade de se sobrecarregarem com cargas horárias excessivas, bem como de dois ou três empregos concomitantemente para que possam ter um pouco mais de conforto, contudo paira no ar a questão: onde fica o espaço reservado ao lazer, bem como das condições laborais e psicológicas a que são submetidas tais pessoas.

As grandes empresas aproveitando o ensejo da necessidade por parte dos empregados usurpam ao máximo a sua produção laboral, visando não à questão de que estes possam dispor de mais conforto, mas sim de que a produção esteja sempre aumentando e paralelamente a isto os lucros sejam cada vez maiores.

No transcurso da evolução industrial observada com a Revolução Industrial, podem-se observar algumas abordagens que foram modeladas pelos trabalhos científicos e das práticas com qual a administração empresarial esboça um quadro evolutivo dos momentos que mais marcaram e influenciaram no desenvolvimento do comportamento organizacional.

A então denominada administração científica versa sobre o comportamento laboral atrelado a sua eficácia, objetivando aumentos significativos nos resultados de produção.

A abordagem que se remete aos princípios da administração dá foco à eficácia por parte dos gerentes de setor almejando melhores resultados. Esta abordagem está intimamente ligada à estimulação do aumento produtivo e da satisfação por parte do trabalhador, vindo a denominar-se de abordagem de relações humanas.

Outra visão que se tem da abordagem é que, todas as empresas são constituídas de uma estrutura uma de infindáveis infrassistemas que estão

correlacionados uns aos outros, propícios às influências do seu ambiente circundante. Esta abordagem recebe a denominação de sistemas abertos de relacionamento organizacional.

Hodiernamente se observa que a evolução do Comportamento Organizacional percorre por um caminho onde as orientações estão voltadas às estruturas e processos de grupos de menor monta, por um modelo onde são vistos grandes infrassistemas focados em organizações e os seus ambientes circundantes. Desta forma contribuindo para a solução e entendimento de alguns dos maiores problemas que estão afixados ao trabalho e das eminentes possibilidades de intermediação.

Vários tipos de estrutura são possíveis, e cada organização continuamente procura encontrar uma estrutura que seja um parêntese ótimo com seu ambiente, isto é, a estrutura de uma organização é um mecanismo adaptável que permite que a organização funcione em um ambiente. (MUCHINSKY, 2004, p. 245)

3 TEORIAS DAS ORGANIZAÇÕES

Assim como em muitas áreas do conhecimento humano, a gestão tem evoluído no decorrer dos anos, evidenciando na contemporaneidade um aparato repleto de mecanismos com que vem contribuir para um melhor entendimento e conceituação das organizações comportamentais.

Até meados dos anos 1930, as teorias das organizações foram dominantes no desenvolver das sociedades, bem como também foram norteadoras para as primeiras grandes indústrias, coincidindo com um tempo onde os aparatos tecnológicos eram rústicos e em franca expansão entre os novos mercados, gerando uma necessidade de crescimento rápido na confecção dos produtos, ou seja, a produção deveria ser rápida e eficaz, gerando assim lucros líquidos e certos em um curto espaço de tempo.

Muitos foram os esforços e trabalhos desenvolvidos pelos pensadores do século passado, dos quais se destacam Taylor, Fayol e Max Weber, os quais contribuíram significativamente para a confecção do que hoje chamamos de teorias das organizações.

O trabalho científico destes pensadores foi orientado em um sentido de que deveriam ser reveladas as regras que balizariam as condutas por parte dos gestores das empresas.

O objetivo primordial é encontrar, delimitar, aperfeiçoar e potencializar a máxima eficiência dos sistemas de confecção dos produtos. Assim sendo a ideia é focada na produção, sendo deixado de lado toda e qualquer atuação na organização dos diversos segmentos do mercado.

Com o avanço dos mercados atrelados ao raquítico desenvolvimento das tecnologias voltadas à produção naqueles tempos suscitou uma questão que tinha relevante monta a nível empresarial, que era a capacidade de produção.

A tecnologia desempenha um papel central dentro dos processos de produção, o que nos remete a pensamentos de que os ocupantes das tecnologias nos modelos sociais da organização são parte do processo, fazendo com que sejam como uma das muitas engrenagens da própria máquina em que operam e sem esta, não será possível desenvolver qualquer tipo de atividade, sendo um complemento qualquer do desenvolvimento tecnológico, fazendo-se presente até quando possa ser substituído por um mecanismo que seja mais eficaz, bem como de menor custo.

De uma forma em que se observou uma maior concentração de fatos que geraram novas experiências observadas entre o período da primeira metade da década de 1920 e o início da década de 1930, no desejo de analisar pormenorizadamente as consequências físicas a que eram submetidos os trabalhadores, tais como iluminação e horas trabalhadas, principalmente, Elton Mayo chegou à conclusão de que os índices de produtividade dos operários não se expandiam de acordo com o grau de incidência da luminosidade, ou seja, quanto maior fossem as taxas de iluminação no ambiente de trabalho, não seria gradativa a taxa de rendimento laboral, mesmo porque esta se mantém igual ou pouco sensível o seu aumento. Ou seja, não são primordiais as condições de iluminação que traziam a rentabilidade, mas sim do próprio espírito de equipe, bem como das relações dos funcionários com seus superiores. Assim sendo, a liderança e a motivação de cada indivíduo eram os indicadores que traziam respostas muito mais satisfatórias e conclusivas acerca de seu experimento.

A evolução e a intensificação tecnológica, a diversidade da força de trabalho e a diminuição das relações humanas presenciais são algumas das dimensões que têm tornado o mundo do trabalho tão complexo como jamais foi visto. Por sua vez, ainda que muitas atividades estejam atingindo um nível de especialização também ímpar na história da humanidade, a percepção integrada do conjunto, por meio do desenvolvimento do pensamento sistêmico, e a capacidade de interagir, tornando produtivo o trabalho em equipe, muitas vezes implica na própria manutenção e na sobrevivência do setor ou da organização... Contudo, nesse cenário, estão sendo intensificados os conflitos de valores, seja entre gerações, seja entre procedências étnicas ou culturais, de gênero, de orientação sexual e outros. (SILVA, 2011, p. 16)

Em meio a este contexto, surgem conceitos como organização informal, que nos remete a um relacionamento entre a empresa e aqueles que nela desenvolvem suas atividades, contudo não há o porquê de ter uma relação baseada na hierarquia, mas sim apenas havendo papéis entre cidadãos, que confabulam entre si para o benefício mútuo de ambos e da própria sociedade como sistema circundante.

Este tipo de comportamento faz-se como um indicador dos níveis motivacionais internos de uma sociedade que se mostra um sistema de relacionamentos, que compõem elementos basilares para um estudo pormenorizado e compreensível do funcionamento de qualquer outra organização.

De uma forma concisa, podemos dizer que a teoria das relações humanas, seja influenciadora dos conceitos de organização como um sistema fechado, vai suscitar novas perspectivas de uma organização onde o relacionamento é integrado entre seus componentes.

Assim como na teoria vista anteriormente, a teoria dos comportamentos também chamada de Behaviorista foi desenvolvida por muitos pensadores, especialmente por Maslow e McGregor, onde estes atualizam e dinamizam preceitos de outrora vistos a níveis psicológicos e sociológicos da teoria das relações humanas da década de 1930.

A organização continua com ares de ser um sistema de feitos internos, mas de vultosa dinâmica interna provinda dos anseios daqueles indivíduos que a compõe bem como de todos os processos e procedimentos de correlação e estruturação organizacional. O objetivo primordial desta corrente e de seus desenvolvedores é

fazer um estudo e análise pormenorizado, de maior profundidade nos preceitos internos e dinâmicos das organizações, muito embora acabe por ser falha a transposição para a normatização de gestão dos conhecimentos obtidos.

O ser humano dentro de uma organização é similar a uma célula de um organismo, onde em conjunto desenvolve uma função ímpar sem a qual não seria possível, ou seja, é através da ação conjunta com outras células é que se obtém um resultado em maior escala.

McDougall chama atenção para o contraditório que existe na participação na vida grupal, já que, se por um lado degrada a pessoa, como afirmava Le Bon, por outro a eleva à sua máxima potencialidade como ser humano. McDougall pensa encontrar na organização do grupo a solução. Quando o grupo está organizado, e não é simplesmente uma multidão, as tendências degradantes são minimizadas. À medida que os diversos graus de organização 'continuidade, autoconsciência, interação, tradições e costumes grupais e especialização funcional' se dão no grupo, produz-se como consequência a aparição do espírito grupal, frente ao qual surge a mente grupal, um sistema organizado de forças que tem vida própria, e a capacidade de modelar a todos e a si mesmo, submetido só a uma mudança lenta e gradual. (ZANELLI, 2004, 360)

Numa outra visão, observamos a teoria das necessidades, onde se ajusta precipuamente sobre algumas premissas como: as pessoas são regidas por suas necessidades básicas, fundamentais, onde estas podem motivar positiva ou negativamente, pois alguns são impulsionados a buscar aquilo que lhes falta, enquanto outras pessoas somente observam tais desejos e adentram no conformismo. Deparando-se com tal feito, acabam por retornarem ao estado latente da necessidade e aí permanecem, já outras lutam até o momento que obtém um resultado positivo, pois não podem sobreviver sem satisfazê-las.

As necessidades são vistas com um grau de hierarquização, e de acordo com esta, emergem como degraus a serem vencidos, de outra forma podemos observar que se para chegar ao topo de uma necessidade mais refinada e requintada, deve-se galgar objetivos (necessidades) mais simples e corriqueiros, para que sanadas estas, possam ser verificadas outros graus mais complexos e de maior benefício para a satisfação individual de cada ser humano.

Com base nos estudos propostos por Maslow e sua teoria da hierarquia das necessidades, costuma-se referenciar sua representação através de uma pirâmide, a qual por sua vez divide-se em cinco níveis, indo desde a base até o seu topo.

Na base da pirâmide encontram-se as necessidades mais fundamentais, simples e de vital importância para o ser humano, pois referem-se aos elementos básicos necessários ao ser humano, como alimentação, abrigo, repouso, ar.

Elevando-se a um degrau acima temos as necessidades de segurança, que nos remetem à proteção de nosso corpo contra todo e qualquer eminente perigo ou privação. De outra forma podemos dizer que é um mecanismo que nos priva de ações que provoquem a violência, a doença, a guerra, a pobreza.

Num terceiro momento, surgem as necessidades sociais que se relacionam com a aceitação do indivíduo perante a sociedade, a aprovação pelos grupos aos quais está ou quer estar inserido.

A seguir surgem as necessidades de estima que emergem da vontade de possuir uma reputação, um reconhecimento de seus feitos, o respeito próprio e sua admiração.

Por último vêm as necessidades de auto-realização, que remontam as realizações do indivíduo, bem como do seu potencial individual, e da utilidade de seus talentos.

A explicação mais simples para a motivação é uma das mais poderosas: as pessoas estão dispostas a se esforçar no sentido de alcançar uma meta, porque isso satisfaz uma de suas necessidades importantes. O autointeresse é, dessa forma, uma força motriz. (DUBRIN, 2003, p. 110)

4 AS RELAÇÕES HUMANAS NAS ORGANIZAÇÕES DE TRABALHO

Nos dias de hoje podemos observar alguns fatores que outrora eram dispensados e obsoletos, mas que à tona voltam para balizar novos preceitos dentro das organizações.

Alguns destes fatores como novas formas de aprendizagem, as emoções e o relacionamento entre os funcionários, somam-se a novos paradigmas que se associam em busca de respostas antes não respondidas a respeito dos seres humanos como seres pensantes, sociais e em constante evolução e urge-se uma

nova concepção acerca de suas novas capacidades, seus pensamentos, desejos e necessidades de se realizar perante si e a sociedade que o cerca.

Para que possa se desenvolver um estudo mais aprofundado acerca deste tema, dispenderia inúmeros recursos e de difícil regramento de critérios, visto que tal realização envolve muitos padrões comportamentais em relação ao modo de interagir com o mundo circundante, pois além de seus próprios desejos e anseios, deve-se levar em conta todo o aparato de pensamentos e desejos dos demais seres humanos que estão se relacionando entre si, e nesta ação, uma interdependência conjunta.

O que se tem observado nos dias de hoje, é que ainda muitas Instituições na sua gestão de recursos humanos estão utilizando padrões obsoletos, estando fortemente atrelados à falta de coragem para perceber que o mundo é um ser mutável, em constante modificação, assim como os seres humanos.

O que outrora se obtinha resultados positivos, hoje já não produz tantos efeitos quanto se desejam.

Apesar deste comportamento retrógrado, pode-se perceber que ainda encontramos certa produtividade que os modelos capitalistas tanto esperam, contudo, mudanças devem ser encorajadas, almejadas e postas em prática, para que se possa observar o surgimento de um novo paradigma atrelado a novos pensamentos nas pessoas, o qual remete a uma reflexão acerca dos reais desejos e aspirações.

As pessoas são ímpares, exteriorizando suas capacidades de gerenciar suas próprias vidas, estando isoladas ou agindo em conjunto com as coletividades, porém o que ainda é precário são as condições que embasam tais oportunidades, pois em muitos casos o meio não coopera, favorece ou estimula o crescimento dos seus funcionários.

O crescimento profissional e pessoal tão almejado pelas pessoas surge da possibilidade de maturidade, onde se busca modificar um status de dependência laboral para uma independência dos indivíduos para que em um nível acima possa existir uma interdependência entre empresa e seus membros e, assim sendo, ambos possam se desenvolver maximizando as possibilidades e aproveitando ao máximo as oportunidades encontradas no percurso trilhado pelos integrantes desta instituição.

Los problemas a lós que respondió la naciente psicología industrial de la época fueron básicamente la adaptación de trabajadores sin experiencia a la vida de la fábrica, para ló cual resulto altamente funcional la administración científica taylorista. Bajo su mirada racionalizadora de lós puestos de trabajo, ló que importaba era la maximización del rendimiento individual que se acompañaba de um manejo de sistemas de incentivos concebidos bajo el paradigma del hombre econômico. La subjetividad del trabajador era obviada. (ZANELLI e TOLFO, 2011, p. 34)

O desenvolvimento das relações interpessoais tem caráter fundamental, pois essa relação perfaz o que se pode chamar de eixo primordial, que conecta os indivíduos e o efetivo rendimento, onde o ambiente laboral certamente influencia nas relações interpessoais e, por conseguinte, pode afetar os resultados almejados pela empresa, podendo ser planejado para alcançar a demanda esperada de uma forma individual ou em conjunto.

Sem sombra de dúvidas, dos fatores que mais contribuem para a harmonização das relações interpessoais no âmbito laboral das empresas, certamente é o trabalho em equipe, o qual almeja a conexão do objeto e sua finalidade.

Para tanto, neste tipo de atividade interdisciplinar se utilizam dinâmicas de grupo para que possam compartilhar experiências, bem como a própria socialização entre os membros, onde a finalidade buscada é o próprio contato direto dos participantes e das suas interações e a aproximação das partes. “Os membros precisam ter um alto grau de confiança em um processo de resolução de um problema que se concentre nas questões, não em posições ou conclusões predeterminadas” (MUCHINSKY, 2004, p. 279).

A proximidade diminui as barreiras impostas pelas próprias crenças dos indivíduos, fazendo com que percebam que se encontra em um mesmo patamar social e que o objetivo deste aparato funcional é contribuir para um maior conforto, bem-estar, segurança e satisfação no ambiente de trabalho.

Podemos enumerar duas das características que trazem consigo uma primazia para o sucesso em qualquer instituição. Primeiramente, o relacionamento entre os funcionários deve ser constante e eficaz, e em segundo, a comunicação tende a ser forte e positiva para que haja uma efetividade no relacionamento existente entre o gestor e seus colaboradores.

O fator mais importante para uma boa relação entre os componentes das organizações de trabalho é a comunicação, pois se a qualidade do relacionamento entre as pessoas em um ambiente de trabalho atrelado ao desenvolvimento de uma linha de pensamento uníssona e um gestor que baliza o trabalho com informações precisas para o desenvolvimento de atividades ordenadas em equipe, o processo tende a fluir com maior rapidez, bem como os objetivos tendem a serem alcançados com melhores resultados.

O gestor deve sempre estar sintonizado com o grupo, para que estejam na mesma frequência e que este encontre um melhor caminho para seguir adiante dos mais difíceis imprevistos, buscando interesses interpessoais e institucionais, pois dentro de uma instituição, diversos setores e atividades devem convergir e integrar-se como um todo, pois podem até mesmo serem atividades diferentes, mas não são desenvolvidas separadamente, são como uma máquina que sem uma de suas engrenagens funcionando consonantemente com as demais, não fluirá o trabalho normalmente e não alcançará o seu resultado almejado.

De toda forma é imprescindível que o gestor esteja em consonância com as atitudes do seu grupo laboral, pois assim pode gerenciar de melhor forma a sua atuação à frente dos acontecimentos, buscando os interesses mais íntimos e urgentes nas relações interpessoais da equipe.

O relacionamento entre as pessoas ocorre com a boa comunicação, e é caracterizada pela ida e vinda de símbolos, que por sua vez carregam consigo significados específicos.

Neste processo de interação dos seres humanos, podemos observar que cada indivíduo é um ser único, individual, como se este formasse um microssistema ímpar. O que se pode dizer é que o processo de comunicação dos indivíduos é a ponte que conecta as singularidades exclusivas de cada um, para que possa haver a informação e evolução das várias experiências em prol de algo superior, o que chamamos de interdependência de saberes.

A falta de comunicação entre os indivíduos nos vários ambientes de trabalho é um fator de caráter negativo, pois a falta desta age diretamente na organização das

pessoas e na sua conseqüente perda de qualidade no fator produtivo, pelos mais variados fatores.

Outro fator que atrelado à falta de comunicação dentro da equipe de trabalho e que em muitos casos leva ao fracasso de uma empresa, é a falta de valorização do profissional, assim como também da impossibilidade destes membros contribuírem para com o grupo com suas experiências vivenciadas em outras empresas e até mesmo de suas próprias convicções acerca do convívio familiar, onde pode conter informações que certamente podem contribuir para o crescimento da instituição.

Contudo o que mais desmotiva o profissional, deixando este deveras aquém do esperado para seu desempenho dentro da empresa, é sem dúvida a falta de incentivo financeiro. Empresas que focam em programas que visam estimular a autoestima de seus funcionários através de premiações e campanhas, conseguem valorizar o trabalho dos colaboradores e ainda aumentar a produtividade destes, desta forma atingindo dois objetivos com apenas uma ação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo da Psicologia Organizacional é amplo e visa desenvolver modelos embasados de conceitos, teorias e procedimentos que se aplicam à compreensão e análise dos homens e seus comportamentos no cotidiano como parte de uma sociedade, sendo agentes desenvolvedores de sistemas organizacionais.

O profissional da psicologia está ampliando o seu modo de aplicar seus conhecimentos e da forma de contribuir para com a sociedade em vários campos do conhecimento humano, e desta interferência, no campo dos Recursos Humanos, urge-se pela primazia da compreensão das ações em grupo.

Das análises de grupo, todos os membros devem ser também analisados individualmente, para que se possa compreender o todo, cabendo ao profissional deixar a par das possibilidades de melhorias junto ao gestor, onde este, por sua vez, deve ser capaz de rever a si próprio, de sua forma de aprender e agir com os seus subordinados. Deve também buscar a integração humana em sociedade, desenvolvendo a relação de mão-dupla, buscando evidenciar questões do gênero

subjetivo como as emoções e sensações desenvolvidas no âmbito laboral dentro da empresa, bem como do gênero objetivo que materialmente focam exatamente o real motivo da empresa, que são os resultados pretendidos, sendo tudo isso atrelado a uma concepção integrada das partes que devem trilhar um caminho único.

Hodiernamente é fundamental criar laços de confiança e apreço nas pessoas que estão envolvidas com a empresa, pois é a partir deste tipo de política que certas atitudes nos remeterão a uma forma de maior motivação e desempenho que nos direciona a um percurso que certamente tem como escopo o aprimoramento das técnicas utilizadas, o desenvolvimento dos métodos e conseqüentemente o sucesso.

Acerca deste pensamento, chegamos a uma conclusão de que, nos ditames corriqueiros do dia a dia enfrentados pelos recursos humanos, permitem-nos certa evolução da unidade organizacional, gerindo com maestria a independência e a interdependência dos membros da empresa, promovendo o aprendizado em grupo e deixando para trás o individualismo e a competição individual, direcionando-se a um crescimento mais uniforme e saudável.

O gestor que, sabendo dos potenciais individuais de cada um que compõe o seu grupo de trabalho concomitantemente as ferramentas disponíveis para o seu labor, dispuser estas e souber como amplificar cada individualidade em prol de um crescimento harmônico, certamente será capaz de minimizar as arestas encontradas nas dificuldades e maximizar os resultados tão almejados pela empresa, pois é através de uma atitude reflexiva acerca do trabalho em conjunto que se projeta valores que impulsionarão a um salto no resultado almejado.

REFERÊNCIAS

BENDASSOLLI, Pedro F. **Psicologia e Trabalho**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

CHANLAT, Jean-François. **O Indivíduo na Organização**. São Paulo: Atlas, 1994.

CODO, Wanderley. **Por uma Psicologia do Trabalho**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

DUBRIN, Andrew J. **Fundamentos do Comportamento Organizacional**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

GOULART, Iris Barbosa (org.). **Psicologia Organizacional e do Trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

GUIMARÃES, Liliana Andolpho Magalhães; GRUBITS, Sônia. **Série Saúde Mental e Trabalho**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

HELOANI, Roberto. **Gestão e Organização no Capitalismo Globalizado**. São Paulo: Atlas, 2003.

JAYET, Christiam; DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Elisabeth. **Psicologia do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 1994.

MINICUCCI, Agostinho. **Psicologia Aplicada à Administração**. São Paulo: Atlas, 1995.

MUCHINSKY, Paul M. **Psicologia Organizacional**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

TELES, Antônio Xavier. **Psicologia Organizacional**. São Paulo: Ática, 1981.

ZANELLI, José Carlos (Org.). **Estresse nas Organizações de Trabalho: compreensão e intervenção baseadas em evidências**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

ZANELLI, José Carlos; SILVA, Nardal. **Interação Humana e Gestão: a construção psicossocial das organizações de trabalho**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

ZANELLI, José Carlos; SILVA, Nardal; TOLFO, Suzana da Rosa. **Processos Psicossociais nas Organizações e no Trabalho**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt. **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.